

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL  
PLAGEDER**

**CAROLINE SILVA NEVES DOS SANTOS**

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO ENTORNO DO PARQUE  
ESTADUAL DO TAINHAS/RS: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS  
PRODUTIVAS E DE LAZER**

**SÃO FRANCISCO DE PAULA**

**2011**

**CAROLINE SILVA NEVES DOS SANTOS**

**PERCEÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO ENTORNO DO PARQUE  
ESTADUAL DO TAINHAS/RS: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS  
PRODUTIVAS E DE LAZER**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Rumi Regina Kubo

Co-orientadora Tutora: Lidiane Fernandes da Luz

**São Francisco de Paula**

**2011**

CAROLINE SILVA NEVES DOS SANTOS

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO ENTORNO DO PARQUE  
ESTADUAL DO TAINHAS/RS: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PRODUTIVAS E  
DE LAZER

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito ( )

---

Profa. Dra.  
Rumi Regina Kubo  
UFRGS

---

Profa. Dra.  
Marlise Amália Reinehr Dal Forno  
UFRGS

---

Profa. Dra.  
Stella Maris Nunes Pieve  
UFRGS

São Francisco de Paula, 29 de Setembro de 2011.

## **AGRADECIMENTOS**

*Em primeiro lugar agradeço a Deus pela oportunidade de estar concluindo o Ensino Superior;*

*Agradeço também a minha madrinha que com palavras me confortou nos momentos difíceis desta trajetória, mostrando que seguir em frente era o melhor caminho;*

*Aos meus colegas, companheiros, essenciais à medida que as dúvidas iam surgindo;*

*Aos professores, tutores do curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, pela trajetória que juntos trilhamos, a da educação à distância;*

*À minha orientadora, professora Rumi Regina Kubo e à tutora Lidiane Fernandes da Luz, obrigada pela colaboração na construção deste trabalho final;*

*À Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul na Gestão do Parque Estadual do Tainhas, por terem sido peças fundamentais para que esse trabalho tivesse sido concluído, obrigada pela confiança e apoio;*

*Um agradecimento especial aos moradores do entorno do Parque Estadual do Tainhas, pessoas tão singulares que colaboraram através de suas percepções para a realização deste estudo;*

*A todos o meu muito obrigada!*

*“Se foi pra diferenciar  
Que Deus criou a diferença  
Irá nos aproximar  
Intuir o que ele pensa  
Se cada ser é só um  
E cada um com sua crença  
Tudo é raro, nada é comum  
Diversidade é a sentença”.*

Lenine

## RESUMO

A relação homem e ambiente vem sendo cada vez mais pesquisada pela sua importância nas questões socioambientais e econômicas. A análise da percepção ambiental também acompanha essa difusão, como instrumento que objetiva entender como o ser humano, percebe, compreende o seu ambiente. As Unidades de Conservação (UCs) estabelecidas pelo Estado são campos implícitos desta relação. A Zona de Amortecimento (ZA) segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é considerada parte integrante da UC, onde as comunidades que residem nessas áreas devem seguir normas de manejo específicas a fim de manter a conectividade com a área de preservação. Buscou-se, a partir disso, identificar a percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque Estadual do Tainhas (PE Tainhas), do município de Jaquirana, em relação a esta UC e verificar se sua presença exerce algum tipo de influência sobre as práticas produtivas e de lazer destas comunidades. Sendo necessário, para isso, caracterizar essas práticas, identificar a percepção das comunidades quanto à preservação ambiental e em relação à presença do PE Tainhas e, por fim, identificar as principais questões envolvidas na relação comunidade e PE Tainhas, no que se refere às suas práticas produtivas e de lazer. A partir da análise de dados se pode concluir, que a presença do parque ainda não se encontra configurada no entendimento da maioria dos moradores, este fator, agrega-se ainda à falta de informação sobre a política ambiental e as dificuldades de implementação do parque devido a questão fundiária, onde a maioria do território destinado ao PE Tainhas não foi adquirida pelo Estado que vem o estruturando de forma lenta e gradual. De maneira geral as percepções dos moradores foram de suma importância para o entendimento do contexto da área de estudo e da ótica que circunda as questões ambientais, institucionais e legais, contribuindo para um princípio de estudo que se faz necessário para compreender como as comunidades vivem, através das suas práticas, e o que elas pensam de uma UC na região, a fim de fornecer subsídios para projetos que visem o desenvolvimento conjunto dessas áreas.

**Palavras-chave:** Percepção ambiental. Unidade de Conservação. Comunidades do entorno. Práticas produtivas e de lazer.

## ABSTRACT

The man and environment relation is becoming more and more researched because its importance in economic and social and environmental questions. The analysis of the environmental perception also accompanies this diffusion, as an instrument that objectifies to understand how the human being notices, comprehends its environment. The Conservation Units (CUs) established by the state are implicit camps of this relation. The buffer zone (BZ) according to the Nacional System of Protected Areas (NSPA) is considered as integrates part of the CU, where the communities that live in these areas should follow specific managing rules so as to keep the connections with the preservation area. We sought to, from this, to identify the environmental perception of the dwellers from Tainhas surroundings from Jaquirana city, in relation to this CU and verify if its presence exerts some kind of influence on the leisure and productive practices from these communities. Being necessary for this to characterize these practices, to identify the perception of the communities as to environmental preservation and in relation to the presence of the PE Tainhas and finally identify the main questions involved in the relation community and PE Tainhas regarding their leisure and productive practices. From the data analysis we could conclude that the presence of the park doesn't find itself set on the understanding from the most of the dwellers; This fact joint to the lack of information about environmental politics and the difficulties of the implementation of the park due to the land issue where the most of the territory fated to the PE Tainhas was not acquired by the stat who is structuring it in a slow and gradual way. In a general way the perceptions of the dwellers were extremely important for the understanding of the context of the study area and the optics which rings the environmental institutional and legal questions, contributing for a principle study which is necessary for comprehending how the communities live, through their practices, and what they think about an CU in the region, so as to put up subsidies door project that aim the joint development of these areas.

**Key-words:** Environment perception. Conservation units. Communities of the surroundings. Productive and leisure practices.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Parque Estadual do Tainhas, com a delimitação da ZA e acessos.....	15
Figura 2 – Placa de acesso ao município de Jaquirana .....	24
Figura 3 – Mapa divisão geopolítica do Rio Grande do Sul, localização da capital e município de Jaquirana.....	25
Figura 4 – Nível de escolaridade dos moradores entrevistados do entorno do PE Tainhas município de Jaquirana, RS .....	33
Figura 5 – Energia elétrica na zona rural, localidade Canheca, município de Jaquirana, RS	34
Figura 6 – Caracterização das atividades produtivas a partir da análise da paisagem: (a) vegetação nativa e afloramento rochoso, (b) silvicultura do gênero <i>Pinus</i> , (c) criações de bovinos e lavoura de pasto .....	36
Figura 7 – Paisagem típica da região dos Campos de Cima da Serra, município de Jaquirana .....	39
Figura 8 – Atividades consideradas mais agressivas ao meio ambiente na visão dos atores.	41
Figura 9 – Vista panorâmica do Rio Tainhas e propriedade da área de entorno do PE Tainhas, Jaquirana, RS .....	52



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Moradores entrevistados do entorno do PE Tainhas, no município de Jaquirana	29
Tabela 2 – Tempo de residência nas localidades do entorno do PE Tainhas, no município de Jaquirana.....	32
Tabela 3 – Número de propriedades visitadas do entorno do PE Tainhas, município de Jaquirana, por módulo rural .....	32
Tabela 4 – Relação dos itens que os moradores da área de entorno do PE Tainhas gostam de mostrar na propriedade, por número de citações .....	38

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
E	Entrevistado
EMATER/RS-ASCAR	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
GANECO	Gestão Ambiental e Negociação de Conflitos
Ha	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
Km	quilômetro
PE Tainhas	Parque Estadual do Tainhas
PLAGEDER	Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural
SEMA/RS	Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ZA	Zona de Amortecimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS .....	14
1.1.1 Situação atual do Parque .....	17
<b>2 REFERENCIAL CONCEITUAL .....</b>	<b>18</b>
2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONALIDADES....	18
2.2 MEIO AMBIENTE, PERCEPÇÃO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	20
<b>3 O TRAJETO METODOLÓGICO: ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>24</b>
3.1 MÉTODO DE TRABALHO .....	26
<b>4 MORADORES DO ENTORNO DO PE TAINHAS NO MUNICÍPIO DE JAQUIRANA: ATORES ENVOLVIDOS.....</b>	<b>31</b>
4.1 PRÁTICAS PRODUTIVAS NA PROPRIEDADE.....	34
4.2 PRÁTICAS DE LAZER.....	36
4.3 O LAZER DOS OUTROS: O TURISMO SOB O OLHAR DOS ATORES .....	37
<b>5 A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO ENTORNO DO PE TAINHAS: A PAISAGEM, A VIDA NO CAMPO, A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, O TERMO DESENVOLVIMENTO E AS PERSPECTIVAS FUTURAS .....</b>	<b>39</b>
5.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL QUANTO À PRESENÇA DO PE TAINHAS NA REGIÃO .....	44
5.1.1 A preservação aliada ao discurso da sustentabilidade .....	45
5.1.2 O direito à salvaguarda de ambos: meio ambiente e proprietários.....	46
5.1.3 O acesso ao Parque: o turismo e o lazer .....	48
5.2 FORMAS DE INTERAÇÃO COM O PE TAINHAS .....	49
5.3 ZONA DE AMORTECIMENTO: CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO, IMPLEMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO .....	51
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>63</b>
<b>APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO A: FOTO DO MAPA UTILIZADO PARA A CONTAGEM DOS PROPRIETÁRIOS DA ZA DO PE TAINHAS.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A preservação da biodiversidade traz, nos nossos dias, questionamentos acerca da relação homem-natureza, levando à reflexão sobre a preservação do meio ambiente. Neste contexto surgem as unidades de conservação (UCs), uma das principais estratégias visando esse fim.

Por outro lado, a permanência das comunidades locais e a preservação da natureza são um grande desafio tanto para os moradores que exercem práticas produtivas na propriedade e dela extraem o seu sustento ou boa parte dele, quanto para as UCs, que objetivam a preservação dos recursos naturais, sendo também um desafio para as instituições de pesquisas que trabalham com essas áreas. Portanto, existem diferentes interesses e esses, por fim, geram a complexidade que circunda essa temática tão discutida nos dias de hoje: a relação homem natureza, apresentando diferentes nuances, que proporcionam uma reflexão central sobre as áreas estabelecidas de proteção à natureza e o desenvolvimento das comunidades locais.

A partir desta perspectiva se faz necessária a integração com as comunidades locais que residem próximas a essas áreas de conservação. Os estudos enfocando essas comunidades poderão contribuir para a manutenção dos ecossistemas e também para o desenvolvimento das propriedades, buscando uma interação a fim de colaborar com a funcionalidade das unidades, como também com a permanência das populações no meio rural. São também de extrema importância, por permitirem o acesso às diversos aspectos na relação comunidade e UC. Sob esta ótica estabeleceu-se o propósito do presente trabalho.

A elaboração da monografia é sempre um desafio, diferentes ideias para a montagem inicial do projeto de pesquisa e o questionamento sobre o que fazer, qual assunto será melhor produzir em um trabalho, que é uma representação de anos de estudo em desenvolvimento rural.

Fazendo uma busca na minha ainda pequena trajetória no “rural”, pensei: O que considero importante? O que o curso em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) em suas explanações enfatizava? A questão social. O modo de vida das pessoas sempre me causou curiosidade, entender como elas compreendem o ambiente, seus valores, suas perspectivas, atitudes, práticas tradicionais e afinidades com o meio natural, acabam por si enriquecendo nossas experiências de vida, possibilitando uma compreensão das suas relações.

Mesmo morando num município do interior do Estado do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, não tive contato direto com as práticas rurais; sempre morei na cidade,

mas o curso PLAGEDER proporcionou algumas possibilidades de estar conhecendo o meio rural e suas dinâmicas.

No final do ano de 2010 uma colega do curso PLAGEDER me convidou para participar do GANECO (Gestão Ambiental e Negociação de Conflitos), grupo de estudos ambientais da SEMA/RS (Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul). Ao explicar o foco de pesquisa no grupo, na segunda tentativa surgiu a possibilidade, através do gestor do Parque Estadual do Tainhas (PE Tainhas), de trabalhar com as comunidades do entorno da UC, projeto que já está sendo executado pelo grupo gestor do parque, que compreende esse estudo (com a comunidade do entorno) como fundamental para o funcionamento e estruturação conjunta do PE Tainhas e para a preservação da biodiversidade local. Neste âmbito pode-se compreender que o assunto está inteiramente conectado ao desenvolvimento local das comunidades e que também se faz necessário para a manutenção dos modos de vida nas zonas rurais.

Neste sentido, o presente trabalho centra-se em seis comunidades do município de Jaquirana que estão localizadas no entorno do PE Tainhas quanto as suas práticas produtivas e de lazer. O parque abrange os municípios de São Francisco de Paula, Cambará do Sul e Jaquirana. A área de análise foi efetuada no município de Jaquirana, onde está concentrada a maior área do PE Tainhas (69,8%) e, conseqüentemente, a maior área de entorno.

O trabalho tem por motivação a realização de um estudo com os moradores que residem em Jaquirana a fim de compreender suas percepções para com o ambiente. “A partir da percepção ambiental busca-se entender a lógica que rege as relações estabelecidas entre grupos humanos e os elementos naturais. [...]” (MARCZWSKI, 2006, p. 20). A percepção como instrumento analítico se faz importante, pois auxilia na tradução das diferentes práticas vinculadas às comunidades locais.

[...] a compreensão de como os atores percebem os objetos que os circundam, como percebem a natureza e as relações que estabelecem socialmente pode contribuir para o entendimento de quais crenças, motivações e conhecimentos estão no cerne de decisão desses atores e quais estímulos são tidos como fundamentais para a avaliação e manutenção de sua conduta (SOUZA, 2009, p. 44).

A interpretação da percepção ambiental dos atores sociais contribui para a obtenção de um panorama do desenvolvimento rural da região. O que leva os moradores a optarem por certas práticas produtivas e de lazer, considerando o contexto de estarem dentro de uma zona de amortecimento (ZA), próximos a uma área de preservação ambiental, quais aspectos influenciam as práticas da propriedade e de que forma certos valores sociais e ambientais limitam ou potencializam a relação com o PE Tainhas. Como eles enxergam essa concepção

de ambiente, de preservação ambiental em relação ao PE Tainhas? A UC influencia em seu modo de vida, na sua reprodução social?

Nesta perspectiva foram elaborados os objetivos deste trabalho, que buscaram de forma geral identificar a percepção ambiental dessas comunidades em relação à existência do PE Tainhas e de que forma este Parque exerce influência sobre suas práticas produtivas e de lazer. Especificamente, objetiva-se caracterizar as comunidades do entorno do PE Tainhas quanto às práticas produtivas e de lazer e identificar a percepção ambiental das comunidades quanto à preservação ambiental e em relação ao PE Tainhas. A partir destes elementos, apontar as principais questões envolvidas na relação das comunidades com o PE Tainhas no que se refere às práticas produtivas e de lazer.

Fazendo uma referência aos modos de vida desses moradores da região e a implantação do PE Tainhas, o Plano de Manejo<sup>1</sup>, criado em 2008, discorre:

Além das diferentes territorialidades e sistemas de produção, há grande importância nesta área da representação que se faz da paisagem, tradicionalmente associada a um sistema de uso, ordenamento e valores sociais, que passam a coexistir e se combinar com as novas formas de reprodução do capital e das perspectivas de consumo da paisagem. O modo de viver e de pensar na região dos Campos de Cima da Serra estabelece valor simbólico (1) à propriedade, vista como terra, pois é da sua posse efetiva que se origina o sistema de criação extensiva; (2) ao manejo (tradicional) da criação, que envolve a organização do estabelecimento em pasto nativo, sistemas de invernadas, renovados pela prática de queimadas; e (3) ao significado da quantidade de terras em posse que notabilizam a pessoa do proprietário-criador, hábitos e costumes ligados ao mundo vivido que reúnem um universo culinário, festivo, de “lidas” campeiras etc. Todo esse conjunto naturalmente se opõe às novidades que vêm ameaçar essa tradição (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 33).

Esse conjunto de fatores relacionado aos modos de vida das comunidades e a implementação de uma área protegida são muito importantes para projetos de desenvolvimento na região, afirma Sammarco (2005) que os valores de apropriação, de pertencimento são fundamentais no desenvolvimento de projetos no âmbito socioambiental dentro das políticas públicas que envolvam UCs e comunidades do entorno. A integração, a participação dos moradores nos diálogos em relação ao parque proporciona uma interação na busca de resoluções de problemas e enfrentamento de necessidades, trabalhando com informação através da educação ambiental, conselho consultivo entre outros.

Segundo Silva (2009, p. 3) os projetos de pesquisa acerca da relação homem ambiente devem ter enfoque interdisciplinar, de modo a abarcar a diversidade de conhecimentos

---

<sup>1</sup> “A Lei Nº 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação define o Plano de Manejo como um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais” (BRASIL, 2011).

envolvidos. No caso das populações do entorno, ressalta-se que pelo fato de já estarem fixadas na região antes da implantação dos parques, possuindo métodos de manejo e uso das espécies nativas e introduzidas, seu conhecimento empírico, “[...] muitas vezes desconhecido pela comunidade científica, e que geralmente tem sua utilidade real em seu dia-a-dia [...]”, poderá influenciar no funcionamento adequado dessas unidades.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS

Criado em 1975, de acordo com o Plano de Manejo do PE Tainhas (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 54), o parque tem como principal objetivo “[...] a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica [...]” a fim de possibilitar atividades de educação e interpretação ambiental, recreação, pesquisas científicas e turismo ecológico em sua área de abrangência.

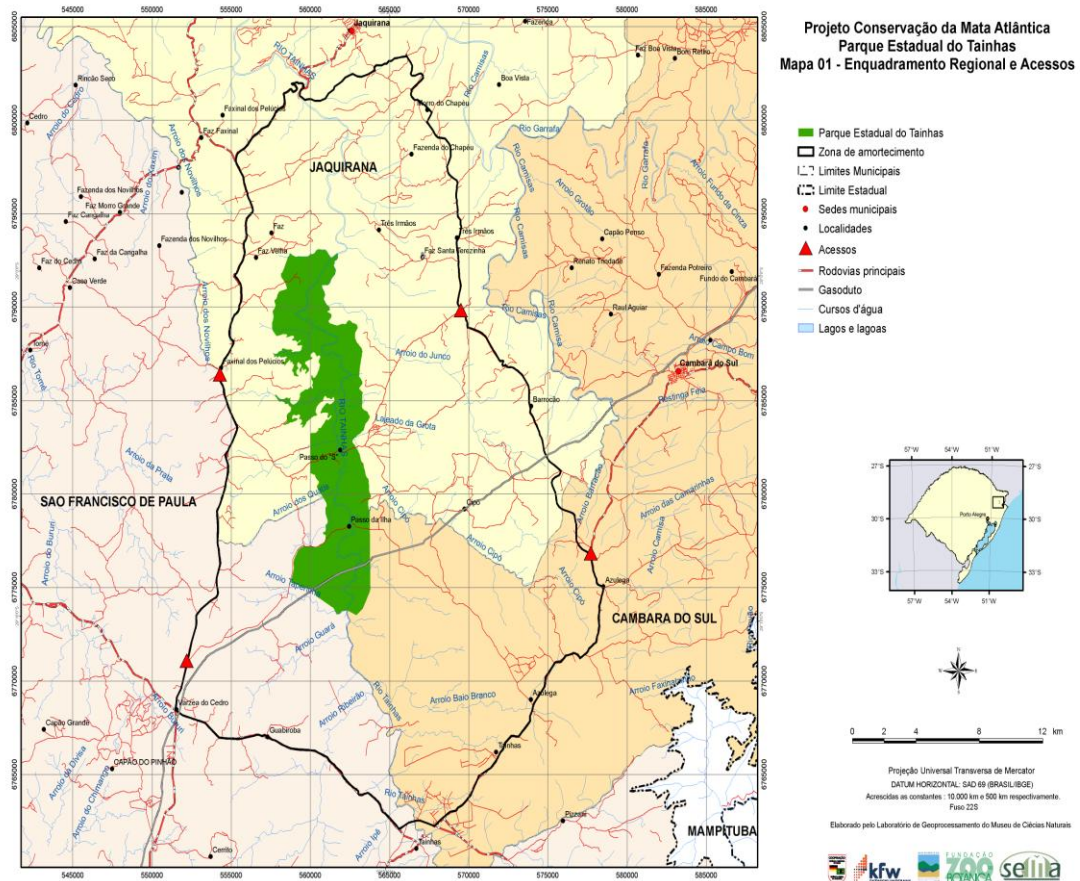
Segundo o material informativo do PE Tainhas (2010) baseado no Plano de Manejo, podemos destacar seus principais atrativos turísticos que são o Passo do “S” e o Passo da Ilha. Quanto às espécies ameaçadas de extinção na fauna, são o veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*), veste-amarela (*Xanthopsar flavus*), cágado-rajado (*Phrynops williamsi*) e esponja de água doce, feltro d’água (*Onocosclera jewelli*). Na flora, cactos-bola (*Echinocactus grusonii*), butiá-da-serra (*Butia eriospatha*), xaxim (*Dicksonia sellowiana*), araucária (*Araucaria angustifolia*) e brinco de princesa (*Fuchsia hybrida*). O PE Tainhas é a única UC a proteger exclusivamente os Campos de Cima da Serra. Ele está incluído no Bioma da Mata Atlântica, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1988 *apud* ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 13):

[...] a Mata Atlântica é uma floresta tropical que se estende da Região Nordeste a Região Sul. A partir do Decreto Federal nº 7502, de 10 de fevereiro de 1993, passaram a ser consideradas Mata Atlântica todas as formações florestais e seus ecossistemas associados inseridos no Domínio da Mata Atlântica, com as respectivas delimitações estabelecidas pelo Mapa de Vegetação do Brasil: Floresta Ombrófila Densa Atlântica, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Manguezais, Restingas, Campos de Altitude, Brejos Interioranos e Encraves Florestais no Nordeste.

Segundo o Plano de Manejo do PE Tainhas (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008), o mesmo possui uma área de 6.654,66 hectares compreendendo três municípios e tem sede administrativa no município de São Francisco de Paula. O Parque possui ZA que

conforme o Plano de Manejo (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 142), “[...] passou a ser parte integrante do plano de manejo das unidades de conservação”.

A Lei nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), define como “Zona de amortecimento: o entorno de uma UC, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2000). No PE Tainhas sua delimitação abrange uma área de 67.700,55 hectares, sendo os critérios para essa delimitação de ordem significativa para a “manutenção da conectividade” das áreas protegidas pelo Parque (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008). Na figura 1 pode-se perceber a delimitação da ZA, que é definida por elementos de importância natural como leitos de cursos d’água e elementos artificiais, como as estradas e rodovias, que auxiliam na delimitação da mesma.



**Figura 1 – Parque Estadual do Tainhas, com a delimitação da ZA e acessos**

Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual do Tainhas (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 26)

No Rio Grande do Sul, de acordo com Antônio e Duarte (2004 *apud* ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008) existem algumas áreas já constituídas como UCs há muitos



anos e também algumas criadas que não foram efetivadas e nesta ótica não cumprem suas finalidades, como é o caso do PE Tainhas. Porém, de acordo com Terborgh e Van Schaik (2002 *apud* ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 15) “uma meta intermediária, inteiramente aplicável às UCs do Rio Grande do Sul, é focalizar os esforços para fazê-las funcionar”.

O Parque ainda não cumpre suas finalidades, pois está sendo implementado, o que gera alguns impasses para com a sua funcionalidade. A motivação inicial do grupo gestor do PE Tainhas para o estudo acerca das comunidades do entorno, se deu por dois objetivos, para conhecer esses moradores e sua percepção em relação à presença do parque e também para divulgar o parque e suas ações.

Segundo material informativo do PE Tainhas (2010), as normas para a ZA ou área de entorno são:

- Não é permitida a instalação de empreendimento de geração de energia hidrelétrica que produzam qualquer tipo de barramento no rio Tainhas e seus afluentes.
- Não é permitida a construção de canais de drenagem, nem a retificação de cursos d'água.
- A introdução de espécies vegetais ou animais exóticas com finalidade econômica ficam sujeitas à avaliação do risco de contaminação biológica e de degradação ambiental e à autorização do gestor do PE Tainhas.
- É vedada a criação de espécies exóticas de peixes que apresentem potencial invasor junto aos rios e arroios da região.
- Os plantios de árvores exóticas já existentes e que não possuam a respectiva licença ambiental deverão ser regularizados junto ao órgão licenciados até o final de 2010.
- Não serão autorizados novos plantios durante o período previsto para a regularização.
- O licenciamento de atividades de silvicultura contará sempre com a participação do gestor do PE Tainhas, por meio de parecer técnico e concessão de anuência, tanto para o estabelecimento de novos plantios como para a regularização dos plantios já estabelecidos.
- Os plantios de árvores exóticas situados no corredor ecológico do arroio do Junco, dentro da zona de amortecimento, ficarão sob regime de único manejo final, não sendo permitidos novos plantios nessa área.
- Os plantios de Pinus e eucalipto devem respeitar um afastamento em relação à borda dos capões de mata nativa e das árvores nativas isoladas correspondentes, no mínimo, à projeção de suas copas.
- Todas as propriedades incluídas na zona de amortecimento deverão regularizar a situação das áreas de preservação permanente (APP), com retirada de espécies exóticas e recuperação de áreas degradadas, quando for o caso, seguindo orientação técnica da administração da UC.

Para que essas normas sejam seguidas e assegurem a manutenção dos ecossistemas e a conectividade com o parque elas devem ser informadas aos moradores e fiscalizadas pelo

órgão ambiental responsável, possibilitando também o acesso à assistência/orientação técnica para auxiliar os moradores que necessitarem.

### **1.1.1 Situação atual do Parque**

De acordo com material informativo do PE Tainhas (2008), a implementação do parque vem se estruturando desde o ano de 2004, quando teve início o Projeto Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, numa “[...] cooperação financeira entre o Brasil e a Alemanha”. Neste mesmo ano, no município de São Francisco de Paula foi instalada a primeira sede administrativa.

Portanto, de acordo com o Plano de Manejo (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 58), o PE Tainhas desde a sua criação, vem enfrentando inúmeros limitantes na sua implantação, principalmente em decorrência da “[...] inexistência da regulação fundiária, plano de manejo e Conselho Consultivo e a carência de recursos humanos, infra-estrutura e equipamentos em geral”. Não ocorrendo mudanças significativas desde sua implantação até o ano de 2004 com o Projeto Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul.

No ano de 2008 ocorreu a conclusão do primeiro Plano de Manejo do PE Tainhas, documento que estabelece normas de gestão da área do parque e da ZA. Também neste ano foi adquirida a primeira área do PE Tainhas, junto ao Passo do “S”, onde se localiza a casa de campo do parque, o que irá permitir uma maior proteção, fomento a pesquisas científicas, turismo e educação ambiental. A questão fundiária ainda é um limitante para a sua implementação, havendo moradores na área destinada ao parque. Através do levantamento fundiário, realizado em 2005, foram identificadas 42 propriedades dentro dos limites do parque e em parte da ZA (áreas contíguas ou próximas aos limites do Parque).

## 2 REFERENCIAL CONCEITUAL

Para entender a percepção que envolve a relação homem ambiente é apresentado um breve histórico acerca das Unidades de Conservação e o referencial sobre meio ambiente, percepção e percepção ambiental.

### 2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONALIDADES

O PE Tainhas se configura, segundo o seu Plano de Manejo (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008), a partir da criação no Estado do Rio Grande do Sul, em 2 de abril de 1992, do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Surge também o Regulamento dos Parques do Rio Grande do Sul, em dezembro de 2002, o qual prevê definições e caracterizações dos parques do Rio Grande do Sul estabelecendo normas para sua administração (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2002).

Segundo Araujo (2007, p. 25) “[...] um dos grandes objetivos da criação das unidades de conservação é a manutenção das áreas naturais da forma menos alterada possível [...] sendo as unidades [...] componentes vitais [...] para a conservação da biodiversidade [...]”.

Cifuentes, Izurieta e Faria (2000 *apud* ARAUJO, 2007, p. 25-26) relatam que as contribuições das UCs para o bem-estar da sociedade incluem:

- manutenção de processos ecológicos essenciais, que dependem de ecossistemas naturais;
- preservação da diversidade de espécies e da diversificação genética, que poderá vir a sustentar os avanços futuros da biotecnologia nos campos da medicina, agricultura e silvicultura;
- manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas;
- preservação de características históricas e culturas de importância para os estilos de vida de populações tradicionais;
- salvaguarda de habitats críticos para a sobrevivência de espécies;
- fornecimento de oportunidades para o desenvolvimento de comunidades locais, investigação científica, educação, capacitação, recreação e turismo;
- provisão de bens e serviços ambientais;
- manutenção de fontes de inspiração humana e de orgulho nacional.

Conforme Araujo (2007, p. 28), em meados do século XIX, surge nos Estados Unidos a concepção de preservação da natureza através da criação de espaços reservados, administrados pelo Estado, tendo como principal marco a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, uma referência “[...] para as unidades de conservação modernas”.

De acordo com Medeiros, Irving e Garay (2004), a institucionalização política e administrativa no Brasil em relação à proteção do patrimônio natural teve um desenvolvimento lento e gradual, consolidando-se na primeira metade do século XX. Diegues (2001, p. 116) faz referência ao período do regime militar (1970-1986), o qual teve maior número de UCs implantadas “de cima para baixo” sem a participação das populações e regiões envolvidas.

Define-se uma área protegida como “[...] terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos.” (UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS - IUCN, 1984 *apud* MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2004, p. 83).

No final dos anos 70, segundo Medeiros, Irving e Garay (2004) inicia-se uma reflexão acerca das áreas de proteção de uma forma mais integrada agregada à criação e ao gerenciamento dessas áreas. Ainda, conforme o autor, no ano 2000 é instituído o SNUC, sendo a Mata Atlântica um eixo nacional para a proteção dos recursos renováveis decorrente de sua devastação histórica. Neste viés a Floresta Amazônica torna-se o principal eixo, tendo atraído inclusive investimentos externos.

[...] As unidades de conservação constituem uma terceira via de percepção do espaço pela sociedade. A partir dessa lógica, juntamente à dinâmica do ‘espaço urbano’ e do ‘espaço rural/agrícola’, soma-se ou acomoda-se o espaço natural especialmente protegido pelo Estado (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2004, p. 87).

Argumenta Derani (2001, p. 240 *apud* MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2004, p. 87) em relação à ideia acima “[...] onde há unidades de conservação, ou não há urbanização ou agricultura (Unidades de proteção integral), ou estas atividades antrópicas submetem-se a limites e zoneamentos específicos (Unidades de uso sustentável)”.

As UCs, de acordo com Medeiros, Irving e Garay (2004, p. 92), perpassam muitas vezes pela falta de uma estratégia dinâmica em relação ao local e às questões globais ligadas a acordos internacionais gerando diversos conflitos nas criações e implementações dessas unidades, “[...] de forma autoritária e pouco negociada com diferentes segmentos locais pelo Estado”. Afirma o autor, no entanto, que as próprias situações de conflito têm contribuído de forma positiva, produzindo resultados nos âmbitos participativos nas UCs, formas de manejo, articulação de políticas públicas entre outros.

Diegues (2001), em sua obra “O Mito Moderno da Natureza Intocada”, argumenta acerca das populações tradicionais que, muitas vezes, através destes processos mercantis, com

o aumento da demanda por produtividade, acabaram e acabam ocasionando a perda histórica de direitos sobre as propriedades, miséria e sobre-exploração dos recursos naturais. Nesta perspectiva, Diegues (2001) reflete sobre a importância da criação de áreas protegidas como espaços territoriais, que reflitam sobre as relações homem-natureza tornando-as mais positivas, beneficiando as populações locais, de forma não excludente. O mundo moderno precisa dar exemplos dessas relações, podendo as unidades oferecerem condições para os manejos tradicionais e até mesmo reinventá-los, tornando-os mais adequados as novas conjunturas emergentes.

Porém, somente o 5º objetivo do SNUC, dentre os nove, redige sobre “[...] estimular o desenvolvimento regional integrado, mas de forma totalmente inócua. Não existe nenhum objetivo relacionado à proteção da diversidade cultural das populações que vivem dentro de unidades de conservação ou em seus arredores” (DIEGUES, 2001, p. 118).

As tensões que englobam a relação natureza sociedade exprimem a dicotomia presente nos diversos estudos acerca desta temática sobre a utilização dos recursos naturais para diversos fins e as áreas de proteção estabelecidas, bem como a política ambiental de forma geral. Vargas (2003, p.139) ressalta diversas formas de intervenção sobre a natureza, a partir de novas práticas às quais geram novas visões que obtendo legitimidade pelo discurso científico, tornam-se práticas sociais.[...]” Vê-se, portanto, que as visões da natureza têm conseqüências sociais que transcendem o âmbito acadêmico, e cujo valor e repercussão social estão além dos debates acadêmicos e conceituais que suscitam.”

## 2.2 MEIO AMBIENTE, PERCEPÇÃO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL

No dicionário Aurélio (FERREIRA, 1993, p. 358) meio ambiente está conceituado da seguinte forma: “O conjunto dos fatores físicos, químicos e bióticos que agem sobre um ser vivo ou uma comunidade ecológica e podem determinar sua sobrevivência”. Muitos conceitos ainda descrevem o homem como um ser à parte do meio ambiente. Afirma Diegues (2001, p. 42) que para alguns autores, a corrente denominada “antropocêntrica”, baseia-se no controle e posse do homem sobre a natureza. Segundo essa visão, argumenta o autor que “[...] a natureza não tem valor em si, mas se constitui numa reserva de ‘recursos naturais’ a serem explorados pelo homem [...]. Já a corrente ‘biocêntrica’ ou ‘ecocêntrica’, vê a inserção do homem no mundo natural, [...] ‘como qualquer ser vivo’”.

A conceituação acerca do termo meio ambiente traz divergências que são enfatizadas por diferentes autores.

Branco (1995), em um pequeno ensaio, faz referência à questão ambiental, a fim de compreender com maior objetividade, os discursos em torno desta temática. É neste ensaio que se caracteriza a abrangência da problemática ambiental, que na sua concepção deve ser estruturada por diversos profissionais, pois seu caráter é interdisciplinar para a qual não existe uma metodologia que permeie os diferentes aspectos ambientais e possivelmente nunca existirá uma “doutrina consistente” sobre a “verdadeira ciência do meio ambiente”.

Reigota (2001) afirma que o meio ambiente é percebido através das delimitações das pessoas no mesmo tempo e espaço, sejam por suas representações, experiências cotidianas e conhecimento específico. Desta forma, ele é interpretado pelo indivíduo, sendo uma representação social. Neste sentido, o homem transforma seu espaço e também é transformado pelo meio natural e social, sendo o processo criativo no sentido subjetivo, externo e interno. E as transformações destes processos caracterizam a história social e a individual, onde é possível visualizar as diferentes manifestações de um povo como também o acesso aos seus recursos culturais, sociais e naturais.

Falar de meio ambiente, perpassa, portanto, referir-se à relação homem-meio. O que equivale a considerar que “ambiente é o espaço, o entorno que pode ser percebido” (SOUZA, 2009, p. 47).

Tuan (1980, p. 5) faz referência à relação do homem com o ambiente a qual o autor denomina de Topofilia “[...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. Nesse contexto, ganha destaque a noção de percepção como mediadora desta interação.

De acordo com Penna (1993, p. 11) “perceber é conhecer, através dos sentidos, objetos e situações”. Como os moradores do entorno de uma UC percebem seu ambiente? Reflete-se aqui sobre a importância do estudo da percepção dos atores sociais para com o ambiente e UC, potencialidades e limitantes dessa relação que envolve a preservação ambiental e a utilização os recursos naturais. “Sem a auto-compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos” (TUAN, 1980, p. 1). Este mesmo autor entende que a percepção é o produto da ativação dos sentidos (somáticos), cuja exploração é dirigida por valores culturais.

Nossa percepção do mundo é possível, em primeiro lugar, porque estamos mergulhados nele através de nosso corpo. A vivência corpórea é que garante uma aderência necessária entre a consciência e o mundo e faz com que o conhecimento mantenha seu enraizamento imprescindível na existência. Por meio das sensações somáticas, a consciência se estende na direção dos objetos a serem percebidos (PACHECO, 2009, p. 59).

Souza (2009, p. 44) reflete sobre a proposição da noção da percepção nas ciências da psicologia e da filosofia, que “[...] trata de compreender de que maneira se dá a apreensão do significado dos objetos e a interpretação dos fatos e das relações estabelecidas entre o indivíduo e o meio em que vive”. A autora também discorre sobre a percepção no campo biológico e fisiológico, que faz referência aos estímulos, como tato e visão. Porém, a percepção está diretamente ligada aos mecanismos cognitivos e não somente físicos. “Na percepção se cruzam o sensorial e a representação, o estímulo e o transcendental. Não é à toa que esse conceito pertence a um terreno indiviso entre a filosofia e a psicologia. Ele se encontra na passagem do animal reativo ao ser de transcendência” (PACHECO, 2009, p. 58).

“A percepção, portanto, não está puramente vinculada à interpretação das cores e formas dos objetos, mas os signos interiores disponíveis nos permitem, conforme nossas experiências, atribuir certos sentidos/sentimentos a determinados objetos e paisagens.” (MERLEAU-PONTY, 1999 *apud* SOUZA, 2009, p. 44).

Uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único; percepção, atitude e valor refletem os três níveis do ser [...]. A cultura e o meio ambiente determinam em grande parte quais os sentidos são privilegiados [...]. Todos os homens compartilham atitudes e perspectivas comuns, contudo a visão que cada pessoa tem do mundo é única e de nenhuma maneira é fútil (TUAN, 1980, p. 284-285).

Esta perspectiva expressa a importância de se considerar as percepções das populações, compreensão dos valores que elas trazem consigo, suas atitudes perante diversos assuntos que as rodeiam. De certa forma, este estudo aponta um entendimento acerca da visão dos moradores em relação ao contexto ambiental ao qual estão inseridos, como são afetados com a presença do PE Tainhas, sendo a percepção provida das mudanças vividas pelo indivíduo.

Desta forma, “a noção de percepção, aplicada às relações de indivíduos e comunidades com o meio ambiente, define o que podemos chamar de percepção ambiental” (PACHECO, 2009, p. 20).

A percepção ambiental diferencia e acopla os segmentos necessários para a compreensão e internalização das ciências, intervindo junto a conceitos sócio-ambientais vitais para a sociedade moderna e pós-moderna, traduzindo a dialética dos conhecimentos para os sentidos da vida humana e planetária, induzindo a construção do pensamento analítico da organização interdisciplinar (MIRANDA, 2007, p. 158-159).

Estudos têm se multiplicado envolvendo a percepção ambiental de populações em diferentes áreas do conhecimento, geografia, ecologia, pedagogia, biologia entre outros, a fim de analisar, compreender e trazer contribuições às questões socioambientais, econômicas e

culturais. Confirma Siqueira (2008, p. 429) que os estudos acerca “[...] da percepção dos problemas ambientais e da sua influência nas questões de sustentabilidade ambiental têm recebido um crescente interesse no meio acadêmico e político”. É a partir deste viés que se busca, através de instrumentos metodológicos, captar a percepção ambiental dos atores sociais envolvidos neste estudo em relação a uma UC.

Por ora, apenas notamos que a relevância do estudo da percepção ambiental se evidencia num momento de crise das relações do ser humano com o meio ambiente, na medida em que esse conceito tem se mostrado útil para ‘compreendermos melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, julgamentos e condutas’ (DEL RIO; OLIVEIRA, 1996, p. IX *apud* PACHECO, 2009, p. 21).

Os moradores do entorno têm que seguir normas específicas em relação ao manejo dos recursos naturais, por serem considerados parte integrada de uma UC. Como esse fator e esse contexto de preservação dos recursos naturais se configuram, se são percebidos pela comunidade.

O conceito de percepção ambiental encontra numa dialética hermenêutica o seu caráter de *ethos* embrionário, isto é, uma matriz de sentido que esboça os contornos de uma postura ética e que é, antes de tudo, uma determinada forma de engajamento existencial. A percepção ambiental é explicitação de uma forma de ser-no-mundo com o ambiente (PACHECO, 2009, p. 123).

A partir da leitura dos autores citados busca-se aqui oferecer subsídios para o entendimento do cerne deste trabalho, a percepção ambiental. Como o ambiente é percebido pelos moradores do entorno do PE Tainhas.

A área escolhida para este estudo foi o município de Jaquirana por possuir a maior ZA, dentre os outros dois municípios que a compõem, proporcionando assim um maior campo de atuação para a pesquisa. Este trabalho considerou a área de entorno como a delimitação da área destinada a ZA. De acordo com nota de esclarecimento da SEMA/RS, datada de 06 de janeiro de 2011, sobre o entorno (raio de 10 Km) de uma UC (baseada na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010) que:

[...] trata da autorização do órgão responsável pela administração de Unidades de Conservação para licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental nas Zonas de Amortecimento das UCs (atenção: são exceções as Áreas de Proteção Ambiental e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural que não possuem ZA [...] aquelas UCs que ainda não possuem ZA definida permaneceram com um raio de 3 Km ao redor dos seus limites onde deve ser emitida a autorização para esse tipo de licenciamento [...]. [ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 1-2).

Considerando aqui ZA como entorno de uma UC que já possui em seu Plano de Manejo essa delimitação.



### 3 O TRAJETO METODOLÓGICO: ÁREA DE ESTUDO

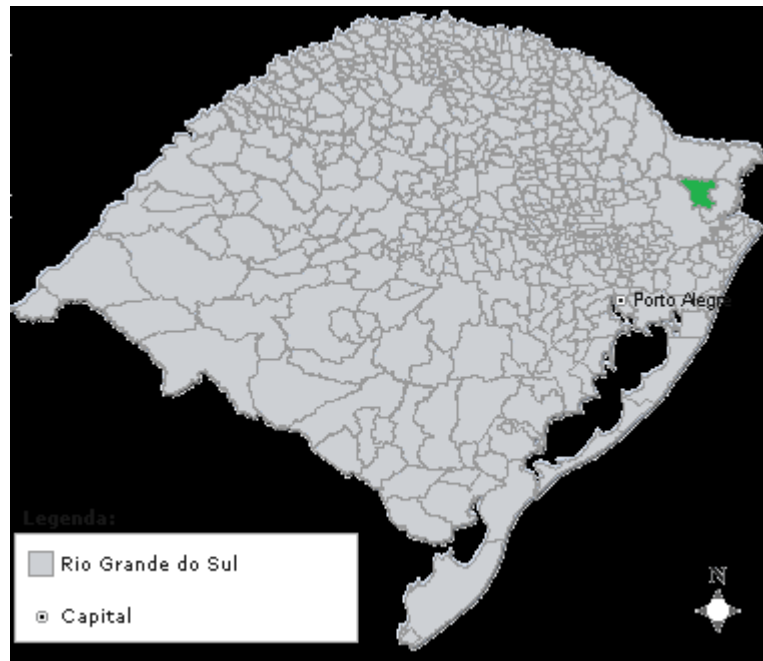
O município de Jaquirana está localizado na região serrana. Segundo Krone (2009), a região dos Campos de Cima da Serra se encontra no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, divisa com Santa Catarina. De invernos rigorosos, tem como principal atividade econômica a pecuária extensiva. Esta região é historicamente marcada pela Rota dos Tropeiros que ligava a região ao Estado de São Paulo (principalmente Sorocaba) e a Santa Catarina. Pode-se perceber na figura 2, o slogan “Encante-se com a nossa natureza”, faz menção a riqueza natural do município e a sua conservação, onde podemos destacar a região dos Campos de Cima da Serra, por possuir “[...] uma grande variedade de atrativos naturais, onde se destacam na Mata Atlântica rios, cascatas, vales e serras, fauna e flora endêmicas, porém o desenvolvimento da silvicultura está a explorar negativamente algumas regiões” (ORCI, 2009, p. 09-10).



**Figura 2 – Placa de acesso ao município de Jaquirana**  
Fonte: Fotografia da autora (maio/2011).

Sobre a região, segundo Wagner e Ducati (2005), ocorreu forte extração da *Araucaria angustifolia* (pinheiro brasileiro), entre outras madeiras nobres que foram consideradas próximas à extinção. Este ciclo teve seu fim em meados do século XX pela falta destas espécies e pelas exigências de produção para o setor industrial, levando o mercado à opção pela inserção de espécies exóticas e de alta lucratividade como o *Pinus* onde a região até então cultivava áreas de pasto melhoradas e exploração pastoril.

De acordo com dados do censo de 2010 do IBGE, a população de Jaquirana é de 4.177 habitantes, sendo que a urbana corresponde a 58,56% e a rural 41,44%. Sua área é de 907,939 km<sup>2</sup>, densidade demográfica de 4,60 habitantes/km<sup>2</sup>, a 212 Km da Capital do Estado, limitando-se, de acordo com a Prefeitura Municipal pelo Oeste com Vacaria; pelo Norte, com Bom Jesus; pelo Nordeste, com São José dos Ausentes; pelo Leste, com Cambará do Sul; pelo Sul, com São Francisco de Paula, como se pode perceber na figura 3, com a localização do município de Jaquirana (IBGE, 2010; FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL – FAMURS, 2011).



**Figura 3 – Mapa divisão geopolítica do Rio Grande do Sul, localização da capital e município de Jaquirana**

Fonte: Adaptado da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (2008)

Segundo o *site* oficial do município de Jaquirana, sua história enquanto distrito se inicia na época do desbravamento e colonização da chamada Serra Gaúcha, decorrente da vinda dos colonizadores alemães e italianos na busca pelo "ouro branco" e pela madeira. Estabeleceram-se na região diversos núcleos, ocorrendo também migrações para as regiões

denominadas vales dos rios e principalmente a região das Antas e Tainhas. Nesta época as florestas eram abundantes, formando um imenso tapete verde (MUNICÍPIO DE JAQUIRANA, 2011).

Em 1900, reuniu-se um grupo com ensejos de formar um povoado, foi então adquirida “meia colônia de sesmaria dos "Machado" e meia colônia dos "Fernandes”” (MUNICÍPIO DE JAQUIRANA, 2011).

Segundo Nunes (1992), no início do século XX, chegou a Jaquirana Sebastião Maia (não se sabe a origem do povoador) que realizou uma doação de terras e de uma imagem em madeira de São Sebastião para a construção de uma igreja sendo está capela nomeada com o mesmo nome, São Sebastião, o padroeiro. Um padre realizou uma pesquisa encontrando a imagem de madeira na torre da igreja, onde afirmou ter característica espanhola, até então ninguém sabia da existência da imagem.

Ainda, de acordo com Nunes (1992), Jaquirana teve três nomes: em 1916, Vista Alegre, quando era distrito de São Francisco de Paula; em 1938 foi denominada Capela do Chapéu, em decorrência do Morro do Chapéu, ponto mais alto de São Francisco de Paula. Teve essa mudança de nome em virtude de já existir no estado do Rio Grande do Sul um lugar chamado Vista Alegre. Em 1944 foi denominada definitivamente de Jaquirana, que significa na língua indígena cigarra cantadora, informando a autora que há outras interpretações sobre o significado deste nome. Jaquirana cresceu e se emancipou de São Francisco de Paula em 1987. O município teve sua economia essencialmente voltada para a madeira, que foi responsável pelo desenvolvimento do povoado na década de 40.

### 3.1 MÉTODO DE TRABALHO

O presente estudo se apoiou metodologicamente em uma revisão bibliográfica sobre o tema, no método da pesquisa qualitativa de natureza aplicada e de caráter exploratório. Teve como aporte um roteiro semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas e um diário de campo. De acordo com Souza (2009, p. 55), o diário de campo é um instrumento de organização e registro dos dados, seu principal objetivo é “[...] permitir o detalhamento das informações e reflexões feitas no decorrer da investigação”.

As questões éticas foram preservadas conforme legislação dos direitos autorais Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, de forma que os autores consultados foram referenciados no texto. Para a aplicação das entrevistas foi solicitado o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A). O roteiro foi estruturado a fim de permear diversos aspectos das

comunidades, sua percepção ambiental em relação à UC, buscando analisar o universo empírico dos moradores. “Na gestão de unidades de conservação, por exemplo, os estudos de percepção ambiental têm sido utilizados como forma de garantir a escuta das comunidades e atores sociais, previstos na legislação” (FERNANDES *et al.*, 2006 *apud* PACHECO, 2009, p. 13). Segundo Pacheco (2009, p. 13) no que compreende esses estudos se encontra “[...] uma sensibilidade ética que quer dar voz à população [...]”, e esperança para que os instrumentos científicos sejam eficientes. O conceito da percepção ambiental incorpora e abre espaço para o diálogo das populações, “[...] para que os valores do cidadão comum sejam ouvidos nos fóruns e comitês ambientais”.

Dividido em cinco etapas, o roteiro contempla a identificação dos moradores, aspectos gerais relacionados à pesquisa, práticas produtivas, práticas de lazer e para finalizar, o tema central da pesquisa, percepções dos moradores em relação à UC. Estas duas últimas etapas se apropriaram de gravação para posterior transcrição. De acordo com Lozano (2001, p. 15) nos dias atuais o interesse e a abordagem acerca da oralidade “[...] é ver-se defronte e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humanos: o processo de comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humana”.

Para base deste estudo foram utilizadas fotos de um mapa (Anexo A) de junho de 2005 (Escala 1.50.000), pertencente ao município de Jaquirana com os nomes dos proprietários ou propriedades, distribuídos pelas localidades. Com o auxílio da SEMA foi realizada a demarcação do mapa com os limites da área da ZA e as comunidades envolvidas.

Para dar início às pesquisas, foi contabilizado o número de propriedades por comunidade, apenas as comunidades do entorno, sendo descartadas as que pertencem totalmente à área destinada ao PE Tainhas. O primeiro contato deu-se através de um colaborador da prefeitura, o qual foi um facilitador para a fase inicial da coleta de dados.

Em relação ao trabalho de campo, Bourdieu (2002) atenta para a importância da observação de alguns procedimentos, ressaltando a clara identificação dos objetivos, necessidade de serem encontrados bons informantes, a apresentação dos pesquisadores e, ainda a forma de entrar em campo.

A pesquisa ocorreu nos dias 03, 04, 10, 11 e 13 de maio de 2011, sendo finalizada no município de São Francisco de Paula, nos dias 16 e 17. Foram entrevistadas duas pessoas que residem em São Francisco de Paula e em Jaquirana, sendo que uma possui área dentro e no entorno do PE Tainhas. Estas entrevistas foram possíveis graças ao fácil acesso aos entrevistados. Algumas propriedades foram visitadas mais de uma vez, já que os moradores

não foram encontrados na primeira ocasião. Em uma, cujo proprietário não estava, houve o retorno na semana seguinte, quando foi possível entrevistá-lo.

As entrevistas foram realizadas com o apoio da SEMA, gestão do PE Tainhas, que disponibilizou um colaborador e o veículo, facilitando a realização deste estudo. Na chegada às propriedades procedia-se a apresentação e posterior exposição do termo de consentimento livre e esclarecido. Ressalta-se que apenas uma pessoa não quis assiná-lo, porém não se importou em responder o roteiro. Após a entrevista, o colaborador do PE Tainhas entregava um material informativo sobre o parque, ZA e também sobre o licenciamento florestal<sup>2</sup>, já que a sede em São Francisco de Paula possui uma agência para esse fim. Surgiram muitas dúvidas dos proprietários em relação à política ambiental e sobre o parque. Em alguns casos as entrevistas não se configuravam nesta ordem, tendo início com a disponibilização do material e após conversas abordando a questão ambiental e afirmações sobre a realidade local, práticas tradicionais, sobre sua trajetória e permanência no meio rural, entre outros assuntos.

A presença da SEMA nesta pesquisa serviu como um apoio importante no esclarecimento dos questionamentos feitos pelos moradores, enriquecendo o diálogo, que englobava, por sua vez, questões pertinentes ao tema de estudo. Alguns moradores ficaram com receio em assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, mas após se sentiam à vontade em falar da propriedade, suas práticas, modos de vida e necessidades emergentes. Não se sentiram incomodados pela presença do colaborador da SEMA e muitas vezes ansiosos pela oportunidade de poder dialogar sobre seus questionamentos e suas afirmações acerca da temática ambiental. Pelo que se pode observar não houve constrangimento dos moradores em relação à presença do órgão ambiental, eles colocavam suas opiniões, na maioria das vezes, em relação à problemática da proibição das queimadas, a presença do parque, entre outras.

As cinco primeiras entrevistas serviram como piloto, verificando-se assim, sua adequação. No decorrer das entrevistas as perguntas se tornavam mais dinâmicas, mais abertas, para facilitar a compreensão dos entrevistados. Posteriormente elas foram avaliadas quanto à clareza, sequência dos questionamentos e sua eficiência em relação aos objetivos propostos. Foi utilizado um gravador *Cassete-Corder* TCM-150 Sony e posteriormente um gravador digital de voz *PowerPack* DVR-2926. B.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

Após a coleta de dados diária, foi sendo construído, a partir das impressões e peculiaridades surgidas, o diário de campo, onde foram registradas todas as informações adicionais que não se limitavam ao roteiro de entrevista, servindo como suporte às respostas coletadas naquele dia.

Para acessar os sujeitos que residem no entorno do PE Tainhas, mais precisamente em Jaquirana, foram amplos os acessos percorridos até as localidades, uma vez que o município dista aproximadamente cerca de 100 Km de São Francisco de Paula. Eram realizadas em média cinco entrevistas por dia, percorrendo as propriedades encontradas pelo entorno do PE Tainhas, as quais mostravam a presença de moradores, e as informadas pelos entrevistados.

As comunidades de abrangência, que fazem parte da ZA do PE Tainhas em Jaquirana são: Canheca, Morro do Chapéu, Três Irmãos, Barrocão, Cipó/Passo da Ilha e Faxinal dos Pelúcios. As entrevistas foram realizadas por propriedade. Buscou-se entrevistar em diferentes localidades, a fim de compreender diversas percepções. “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31).

Na tabela 1, foi contabilizada a quantidade de proprietários que possuem áreas na ZA do PE Tainhas.

**Tabela 1 – Moradores entrevistados do entorno do PE Tainhas, no município de Jaquirana**

Localidades	Nº de proprietários*	Nº de proprietários entrevistados	Porcentagem
Canheca	6	1	16,67%
Morro do Chapéu	11	3	27,27%
Três Irmãos	10	5	50%
Barrocão	20	3	15%
Cipó/Passo da Ilha	25	3	12%
Faxinal dos Pelúcios	41	14	34,14%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>29</b>	<b>25,66%</b>

\* Item contabilizado por proprietário, nesta região há mais de uma propriedade por proprietário

Fonte: Elaborado pela autora

Em algumas das propriedades, não há moradores, são plantios de silvicultura e também lavouras arrendadas. Na localidade de Três Irmãos conseguiu-se atingir a metade dos moradores que ali residem, levando em consideração que muitos dos proprietários moram em outras cidades, como fomos informados por moradores locais e prefeitura, o que inviabilizou algumas entrevistas.

As dificuldades encontradas para a realização desta pesquisa foram: a falta de material disponível para consulta sobre o meio rural do município de Jaquirana, observado na fase anterior à coleta de dados da pesquisa através de uma visita à Prefeitura Municipal de Jaquirana e contato com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-ASCAR) local e regional, o que impossibilitou a delimitação dos sujeitos a serem entrevistados. A carência de organizações sociais na região de estudo também limitou o acesso aos moradores.

Um das dificuldades foi a distâncias entre uma propriedade e outra, como nas localidades do Cipó, Barroco, Morro do Chapéu e Canheca, já na localidade do Faxinal dos Pelúcios, as propriedades eram mais próximas o que permitia a informação através dos recém entrevistados de outros moradores para realização das entrevistas posteriores. O acesso asfáltico em grande parte dessa localidade facilitou a chegada até as propriedades. Outro limitante na realização do campo foi que muitas propriedades estavam com as cancelas trancadas, ou não se encontrava nenhum morador. Em duas foram entrevistados os trabalhadores da propriedade, que se propuseram a responder o roteiro.

O relato dessas limitações é fundamental para a compreensão da complexidade local e a dinâmica que se aponta nesses estudos sociais, sendo o trabalho de conclusão da graduação uma construção da aprendizagem, que leva a seguir em frente apesar das limitações (a fim de concluir o que se foi proposto e também em função do tempo que é concedido). Essa descrição se torna fundamental tendo em vista os trabalhos futuros na região de estudo, para que outros pesquisadores já estejam cientes destas limitações metodológicas.

O campo desta pesquisa se mostrou bastante dinâmico, tendo em vista as condições já relatadas. O aprendizado nesta etapa da coleta de dados primários foi de grande valia para a compreensão do universo social, como ele se dá a partir das suas dinâmicas próprias, especificidades locais.

#### **4 MORADORES DO ENTORNO DO PE TAINHAS NO MUNICÍPIO DE JAQUIRANA: ATORES ENVOLVIDOS**

É neste capítulo que são apresentados os resultados coletados e os desdobramentos analíticos a partir do referencial teórico adotado. Segundo Gil (2009, p. 133) o processo de análise de dados no âmbito qualitativo, é definido “[...] como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório”.

A dinâmica da análise dos dados aqui proposta está baseada no roteiro de entrevista e diário de campo que objetivaram mapear a percepção ambiental e caracterizar as práticas produtivas e de lazer das comunidades do entorno do PE Tainhas, localizadas no município de Jaquirana, permeando as seguintes propostas:

- a) práticas produtivas na propriedade;
- b) práticas de lazer;
- c) o lazer dos outros: o turismo sob o olhar dos atores;
- d) percepção ambiental dos moradores do entorno do PE Tainhas: a paisagem, a vida no campo, a conservação da natureza, o termo desenvolvimento e as perspectivas futuras;
- e) percepção ambiental quanto à presença do PE Tainhas na região;
- f) formas de interação com o PE Tainhas; e
- g) ZA: configuração do espaço, implementação e informação.

A amostragem foi composta por 29 atores, 69% homens e 31% mulheres, a maioria acima dos 40 anos de idade. Todos os entrevistados trabalham na propriedade, alguns já são aposentados, prestam serviço em propriedades da região e uma minoria tem outra ocupação. A maior parte dessas propriedades foi recebida por herança. Poucas propriedades possuem um caseiro/peão/capataz, sendo a mão de obra basicamente familiar. Dos entrevistados 48,27% são associados a alguma entidade de classe representativa do meio rural. No caso em questão, em sua maioria, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Paula e Jaquirana.



Podemos verificar através da Tabela 2 que a grande maioria dos moradores do entorno já está estabelecidos há mais de 20 anos na região. Alguns nasceram na propriedade e comparavam o tempo de moradia com a idade.

**Tabela 2 – Tempo de residência nas localidades do entorno do PE Tainhas, no município de Jaquirana**

Anos	Quantidade
< 1	3
1 a 10	4
11 a 20	3
21 a 30	5
31 a 40	5
41 a 50	1
51 a 60	5
61 a 70	1
71 a 80	1

\*Apenas um dos entrevistados não residia no local

Fonte: Elaborado pela autora

Na Tabela 3 são indicadas as dimensões das propriedades por módulo rural<sup>3</sup>, que equivale a 25 ha. A maioria dos moradores entrevistados possui até quatro módulos rurais, ou seja, caracterizando-se, portanto, como pequenas propriedades.

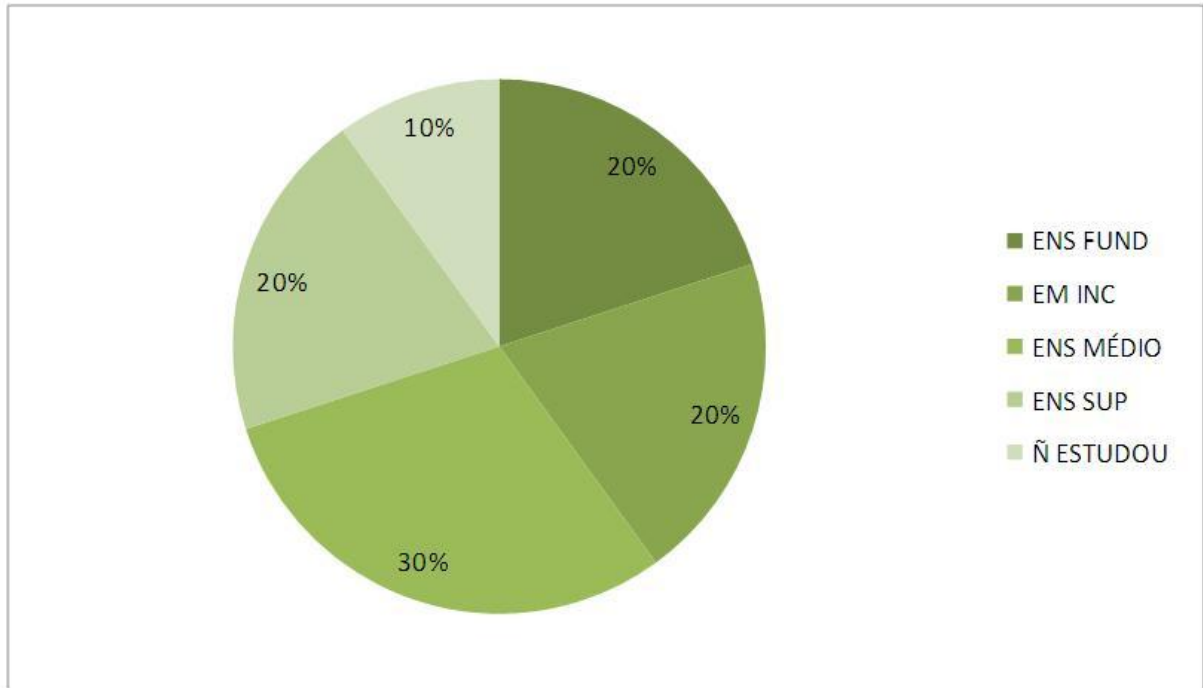
**Tabela 3 – Número de propriedades visitadas do entorno do PE Tainhas, município de Jaquirana, por módulo rural**

Módulo rural (até)	Número de propriedades
1	9
2	7
3	2
4	4
5	3
6	0
7	0
8	1
9	0
10	0
11	1
12	1
> 12	1

Fonte: Elaborado pela autora

<sup>3</sup> “O conceito de módulo rural é derivado do conceito de propriedade familiar e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico” (BRASIL, 2008).

Na figura 4 apresenta-se o nível de escolaridade dos entrevistados, cuja maioria cursou até a 5ª série, ou seja, ensino fundamental incompleto. Segundo suas informações, o fato de não prosseguir nos estudos relaciona-se à necessidade de trabalharem na propriedade.



**Figura 4 – Nível de escolaridade dos moradores entrevistados do entorno do PE Tainhas município de Jaquirana, RS**

Fonte: Elaborado pela autora

A figura 5 mostra o acesso à energia elétrica no meio rural. Segundo um dos moradores a mesma chegou há cerca de dois anos na propriedade, outro relatou que chegou há quatro anos, o que os beneficiou, proporcionando mais qualidade de vida. Já a água das propriedades é, na sua maior parte, proveniente de vertente, utilizado por todos, apenas para consumo próprio. Os moradores sentem muito orgulho da água que consomem, pela pureza comparado aos de outras regiões.



**Figura 5 – Energia elétrica na zona rural, localidade Canheca, município de Jaquirana, RS**  
Fonte: Fotografia da autora (maio/2011).

#### 4.1 PRÁTICAS PRODUTIVAS NA PROPRIEDADE

As práticas produtivas da maioria dos moradores têm ligação com a economia da região, baseada na pecuária, na produção agropecuária, lavouras de pasto, milho (*Zea mays L.*), feijão (*Phaseolus vulgaris L.*), verduras, alguns produzem moranga abobora (*Cucurbita pepo L.*), batata (*Solanum tuberosum L.*). Essa produção destina-se ao auto-consumo, sendo o excedente em alguns casos, comercializado. As lavouras de inverno (pastagens) são a alimentação do gado no período de frio intenso. Alguns moradores possuem lavoura arrendada para terceiros, uma utilização do espaço que, para alguns, se mostra economicamente viável. Nesses casos, após o uso da terra, o arrendatário deixa plantada a pastagem para o gado.

As principais criações na área de entorno são o gado de corte e de leite, os quais assumem um papel importante na manutenção das condições de vida no campo, vinculados a uma vocação produtiva da região, a pecuária, também ligada a aspectos culturais do gaúcho. O gado de corte, para alguns dos moradores, é comercializado a cada ano e também consumido; a produção de leite e, principalmente, a fabricação do queijo serrano são fontes de renda que se mostraram importantes para os moradores do entorno. Existem outras criações,

como de ovinos, suínos e equinos. Alguns moradores colocaram que não estavam mais criando ovinos porque o leão baio (*Puma concolor*) os atacava.

Em algumas propriedades é utilizado um trator cedido pela prefeitura, numa espécie de parceria para auxiliar na produção. Já em uma das propriedades ocorre uma relação de empreitada, que se dá da seguinte forma: os vizinhos se auxiliam na época do plantio e da colheita, quando é a época do plantio de milho, os dois vizinhos ajudam a plantar nas duas propriedades e quando chega a colheita esse auxílio é feito da mesma maneira.

A maioria dos moradores do entorno comercializa o queijo serrano, também utilizado para subsistência da família. De acordo com Krone (2009, p. 11) o queijo serrano é uma tradição local que os relatos remontam a meados do século XVIII, vinculado com a atividade tropeira<sup>4</sup>, o queijo serrano era transportado nas mulas sendo “[...] o principal produto que garantia o abastecimento alimentar [...] também utilizado como moeda de troca”. Descia a Serra<sup>5</sup> também o charque, o pinhão e eram trazidos produtos como o sal, açúcar, arroz entre outros.

Ainda conforme Krone (2009), a tradição da fabricação do queijo era passada de geração pra geração, o *saber-fazer* atravessou o tempo sem sofrer muitas modificações em relação ao seu preparo. O queijo “é mais do que um simples produto característico da região dos Campos de Cima da Serra, tornando-se associado a identidade local.” “[...] a comercialização do queijo serrano dá-se à margem dos canais formais, sendo os seus processos de produção considerados inadequados pela legislação sanitária [...]” (KRONE, 2009, p. 84, grifo do autor).

Na figura 6 buscou-se a análise de paisagem, para visualizar as características e utilização das áreas no meio rural do município de Jaquirana.

---

<sup>4</sup> “Essa atividade recebeu o nome de tropeirismo em razão das tropas, que eram constituídas principalmente de muare para serem comercializadas em Sorocaba-SP, onde se realizavam grandes feiras desses animais, o que promovia o comércio de outros produtos, causando grande movimentação nesse povoado que rapidamente prosperava. Além das mulas, a mercadoria mais valorizada na época, os tropeiros (proprietários e/ou condutores de tropas) transportavam também gêneros alimentícios, produtos manufaturados, inclusive os importados da Europa, e também faziam intercâmbio de informações” (FRASSON; GOMES, 2010, p. 01).

<sup>5</sup> “Refere-se à região do Vale do Tubarão em Santa Catarina, onde se localizam os municípios de Araranguá, Turvo, Ermo, entre outros” (KRONE, 2009, p. 11).



**Figura 6 – Caracterização das atividades produtivas a partir da análise da paisagem: (a) vegetação nativa e afloramento rochoso, (b) silvicultura do gênero *Pinus*, (c) criações de bovinos e lavoura de pasto**

Fonte: Fotografia e elaboração da autora (maio/2011).

Nesta imagem conseguiu-se captar as variadas características e utilizações da paisagem local. A vegetação nativa em muitas áreas cria um mosaico com a silvicultura do gênero *Pinus*, outra fonte de renda, principalmente para empresários da região. A lavoura de pasto é uma prática realizada em quase todas as propriedades pertencentes aos entrevistados, a qual beneficia a criação do gado no inverno quando o pasto está “fraco”, fator este decorrente das baixas temperaturas.

#### 4.2 PRÁTICAS DE LAZER

As práticas de lazer descritas por alguns dos moradores estão diretamente ligadas às manifestações culturais/ tradicionais do gaúcho, do morador do campo, como os torneios de laço, o “prosiá” (conversar) e tomar um chimarrão, fazer um churrasco, andar a cavalo. Pode ser observado que uma das propriedades visitadas possui uma cancha de laço para realização de torneios, rodeios. Também foram verificadas nas margens das estradas percorridas algumas estruturas para a prática do laço.

Dentre as práticas de lazer dos moradores, foram citadas também ir às festas, ir à igreja, catar pinhão, viajar, assistir futebol na televisão, caminhar, reunir a família, os amigos,

pescar, fazer trilhas de MotoCross, trabalhos manuais como o tricô, ficar em casa descansando. Mas a grande maioria associou de uma forma geral a palavra lazer com o próprio trabalho na fazenda, respondendo que sempre tem algo para ser feito na propriedade, que não sobra muito tempo para isso, outros acreditam que os afazeres são uma forma de lazer.

Como descrito abaixo, a associação do lazer com o trabalho na propriedade está ligada por um sentimento de pertencimento ao ambiente, que pode remeter à topofilia, descrita por Tuan (1980), referida neste estudo.

[...] Se for possível de beijar a terra eu beijo porque eu gosto da terra isso aqui não tem [...] olha o maior lazer que eu tenho, isso não tem, não tem dinheiro que pague. É uma coisa que, que mexe comigo eu posso sair [...] mas se eu sair um dia, dois, já tô com vontade de voltar de novo. Então me sinto bem *pero* mais que eu trabalhe que tire o suor da testa [...] (E10).

Este sentimento e forma peculiar de relação com as práticas, permite também compreender o contraste em relação ao lazer propiciado pelo turismo, um lazer para atender aos outros (outros estes que podem ser compreendidos como urbanos, de fora, enfim, o turista), que pode também dar os sentidos e as compreensões destes moradores locais em relação a esta atividade.

#### 4.3 O LAZER DOS OUTROS: O TURISMO SOB O OLHAR DOS ATORES

O PE Tainhas foi criado com o intuito de preservar os ecossistemas naturais em decorrência também de sua beleza cênica, paisagística, tendo dois atrativos turísticos (Passo do “S” e Passo da Ilha) em seu território, bastante conhecidos por diversos visitantes. Estando inserido numa “realidade turística”, buscou-se também, investigar a percepção dos moradores em relação ao turismo. Nesse sentido, buscou-se identificar elementos da propriedade que os entrevistados consideram dignos de serem mostrados, ou seja, que percebem como motivo de destaque, por gostarem, acharem bonito ou interessante. Nestes itens estão presentes aspectos naturais da propriedade como também a moradia em si, o galpão, a estrutura construída na propriedade, a criação dos animais, as lidas, afazeres comuns em uma fazenda, um dos entrevistados citou a pesquisa científica, pois já recebeu pesquisadores em sua propriedade (Tabela 4). A hospitalidade se faz diferenciada destes outros “potenciais”, pois trata de um fator não material, que não pode ser tocado e sim sentido, transmitido ao visitante.

**Tabela 4 – Relação dos itens que os moradores da área de entorno do PE Tainhas gostam de mostrar na propriedade, por número de citações**

O que mais gostam de mostrar na propriedade	Nº de citações
Nada	11
Paisagem/natureza	5
Estrutura da propriedade	5
Criações	3
Açudes/pesca	2
Hospitalidade	2
Passeios no campo/mata	1
Lidas de campo	1
Cascatas	1
Produção	1
Pesquisa científica	1
Arroio	1
Pousada	1
Tudo	1

Fonte: Elaborado pela autora

Complementarmente buscou-se instigar os moradores e complementar o questionamento referido na tabela 4 a partir da seguinte pergunta: Se fosse implantado uma rota/circuito turístico na região, o que eles, os moradores teriam para oferecer?

Alguns dos moradores não sabem o que poderiam oferecer, outros afirmam não terem nada, não terem interesse. Há projetos futuros para desenvolver a atividade turística nas propriedades, como a implantação de pousadas/ hotéis fazenda/camping, trabalhar com meios de hospedagem. Também ofertar passeios a cavalo e alimentação. Na região existe uma pousada há 10 anos, que trabalha com passeios a cavalo (no Passo da Ilha e no Passo do “S”), turismo rural (acompanhamento das atividades rurais como tirar leite, encilhar o cavalo), alimentação, entre outros atrativos.

A implantação do turismo na região, que já vem sendo trabalhada pelo poder público e associações dos municípios envolvidos, ainda parece pouco percebida por alguns moradores do entorno. Para outros, a associação do turismo com o progresso foi um fator destacado nas entrevistas, como uma oportunidade de desenvolvimento do local e região, mas como já citado, ainda é pouco visualizada na maioria dos depoimentos. O município de Jaquirana, bem como toda a Região dos Campos de Cima da Serra, se insere numa proposta de fomento da atividade turística pelas suas potencialidades naturais e conservação, fator este que deve ser trabalhado com as diferentes esferas da comunidade. De acordo com Orci (2009), o processo de implantação do turismo deve ter o envolvimento da comunidade local em todas as fases do seu planejamento.

## **5 A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO ENTORNO DO PE TAINHAS: A PAISAGEM, A VIDA NO CAMPO, A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, O TERMO DESENVOLVIMENTO E AS PERSPECTIVAS FUTURAS**

Neste subcapítulo optou-se pela conexão de aspectos da percepção ambiental dos moradores a fim de possibilitar um melhor entendimento acerca do objetivo central do trabalho a percepção dos moradores das áreas de entorno sobre a UC, tendo em vista que todos os assuntos aqui referidos permeiam as diferentes esferas do estudo proposto.

Primeiramente foi explanado através dos atores sociais, as suas percepções sobre a paisagem, como eles a enxergam, sentem, enfim, percebem. Na segunda parte foram descritas as dificuldades, as limitações ou as potencialidades que os atores vivenciam em relação à zona rural. No terceiro momento foi feita uma conexão entre o que significa a conservação da natureza para os atores, a palavra “desenvolvimento” seguidos então das perspectivas futuras de cada um. A Figura 7 retrata a paisagem, a vegetação nativa, trazendo elementos descritos por alguns dos moradores do entorno.



**Figura 7 – Paisagem típica da região dos Campos de Cima da Serra, município de Jaquirana**  
Fonte: Fotografia da autora (maio/2011).

A descrição da paisagem sob o olhar dos atores sociais foi bem diversa, o discurso da sustentabilidade bem como o da preservação, estiveram presentes, a modificação da paisagem



decorrente da introdução do gênero *Pinus* se fez presente em algumas descrições. A descrição da paisagem perpassa por um sistema de representações que os moradores tem do lugar em que vivem, ligadas a um sentimento de pertencimento a terra. Diegues (2001, p. 63) reflete sobre as considerações do antropólogo Godelier (1984):

[...] no coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente.

Um outro aspecto ressaltado foi o fato de ainda se ter uma paisagem conservada em relação a outros lugares e a acham muito bonita, descrevendo os elementos naturais, como pinheiro nativo, os campos ondulados, a vista panorâmica da região, os animais, entre outros. Como é possível verificar nos trechos abaixo extraídos das entrevistas:

Ah eu gosto muito de apreciar a paisagem, é linda mesmo, é... A gente sobe num morro aí aparece tudo, os matos aí campo tudo bonito mesmo [...] eu adoro olhar essas paisagens assim né (E25).

Eu acho muito bonita a paisagem, muito bonita, e se preservar ela continua bonita. Eu acho que não deve corta, não deve... Tem que preservar. E todo o proprietário, eu acho que ele não quer destruir o que dele, né? Ele quer conservar. Ainda mais eu... Embora que eu já teja com uma idade, mais fica os filhos ai pra, pra um dia eles vim aqui mostra pros amigos, esses pinheiros ai tem 200 anos, aquele tem 100, eu nunca, nunca sou de destruir nada, nunca, tem que preserva o que meu (E7).

Ai eu descrevo que a nossa paisagem aqui é muito bonita, muito conservada. Tem esses animais que eu te falei ai de manhã... A gente acorda e já houve o cantar dos, dos quero-quero, carucacas [...] (E16).

Era muito bonita né. Porque era tudo campo, tudo povoado de gado né. Agora temo envolta dos pinus né (E3).

Quando indagados sobre as dificuldades na vida no campo a maioria dos moradores afirmou não haver, mas alguns apontaram limitações e potencialidades, deixando transparecer uma forte ligação afetiva com o meio, mesmo com as dificuldades.

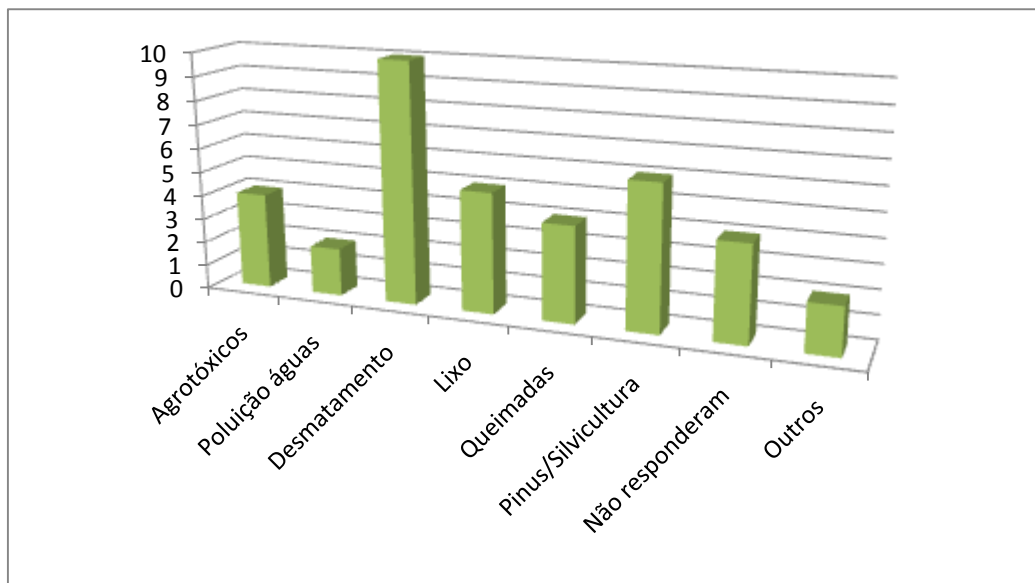
Alguns fizeram referências ao trabalho pesado do campo, outros sobre os acessos (estradas) até as propriedades, muitas vezes, precários, como também a dificuldade de acesso a diversos recursos e também ao emprego. Outros fizeram um comparativo com a cidade afirmando que o campo é mais tranquilo, mais “saudável”. Um dos entrevistados que reside em uma comunidade que já possui asfalto, abordou a facilidade de acesso e da possibilidade de ter todos os recursos que tem na cidade. Outro ponto evidenciado foi a prática das queimadas, e que agora estão encontrando limitantes:

Não. Dificuldade que a gente vê na vida hoje é as leis de não poder queimar o campo e claro que dá parte financeira tem muitas dificuldades né! (E11).

Encontro. É que hoje porque a gente não pode queimar mais o campo né. Não pode tirar uma lenha né. O cara tá correndo o risco de se multado [...] então que nem eu vivo do gado se não queimar aqui, é uma região muito fria né, Então vem o inverno é... seca o campo daí a gente não tem como repor a pastagem é um lugar de difícil...que não dá de roçar (E21).

Os fatores evidenciados enfatizando a questão das queimadas e também a falta de oportunidades e conseqüentemente as implicações financeiras na zona rural influenciam a grande maioria desses moradores que extraem o seu sustento e da sua família de atividades vinculadas ao meio rural.

Quanto à “conservação da natureza” todos consideram de suma importância, afirmando que sempre contribuíram para a preservação, porque ela é boa para todos. A preservação da natureza para as gerações futuras também se fez presente, bem como a conservação dos elementos naturais, não caçar, cuidar das águas, plantar pinheiros nativos, não derrubar árvores, plantá-las. O elemento lixo também foi evidenciado para a preservação da natureza, bem como não plantar o *Pinus*, cuidar da propriedade como um todo. Surgiram novamente as queimadas, sendo levantada a possibilidade da “queima controlada”. Na figura 8 pode-se visualizar as atividades consideradas mais agressivas ao meio ambiente pelos moradores do entorno. As queimadas aparecem no gráfico, mas na maioria das citações teve um duplo enfoque o de ser também necessária para região.



**Figura 8 – Atividades consideradas mais agressivas ao meio ambiente na visão dos atores**  
Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com Siqueira (2008, p. 429) há diferentes formas de interpretar um risco ambiental pelos grupos sociais, as querelas na maneira de se encarar esses problemas são

também modificadas pelas “[...] peculiaridades da percepção [...]” de cada um. Essas por sua vez fazem com que as pessoas percebam “[...] determinados aspectos do ambiente [...]” dando mais importância a fim de serem solucionados, aquém de problemáticas ambientais que realmente ameaçam, “[...] mas são imperceptíveis aos órgãos sensoriais”.

A preservação da natureza para as gerações futuras como referida anteriormente aparece nas citações abaixo:

Ah! Isso é futuro pra gente, pros filho da gente né? [...] Porque outra coisa que a gente vê muito televisão, são esses desmatamento pra fora ai, isso ai o que, que vai acontecer esses dilúvios [...] que, que acontece isso tudo sobre prejudicar a natureza provavelmente é. Eu acho que preservar a natureza é... É futuro pra mais adiante pra todos! (E23).

Eu penso que seja assim, utilizar os recursos naturais com moderação, com equilíbrio, com bom senso e respeitar o ciclo das coisas né? Os ciclos de plantação [...]. É usar sem estragar, sem depredar, sem depreciar (E29).

A mídia está bastante presente nos discursos sobre a natureza e isso é também sentido pelos moradores do entorno que estão assistindo às problemáticas ambientais. Mas o que se pode perceber no discurso é que a ideia de conservação, cuidar, zelar pelo que é deles está bem “enraizada” nestas percepções.

Quanto aos sentidos da palavra desenvolvimento, alguns consideram-no muito importante, um facilitador em diversos aspectos, relacionando-o aos afazeres, às práticas produtivas. Ligado também à noção de progresso, de melhorias, de crescimento, não existe desenvolvimento sem trabalho. As inovações tecnológicas foram citadas por um dos entrevistados. A noção de aprendizado e atualização também foi evocada no questionamento sobre a palavra desenvolvimento. O turismo fez parte do discurso sobre o desenvolvimento do município, da propriedade:

[...] O desenvolvimento em si eu acho que ele faz parte [...] o turismo faz parte, porque cresce o município, traz renda, mas tudo com cuidado [...] (E22).

Ah! Pois eu acho que é tudo que vem, que nem veio a luz elétrica que aqui não tinha né. É asfalto que veio hoje né. E até a conservação do meio ambiente também né. Só que dentro daquilo que não prejudicasse assim ó, que nem eu nasci e me criei aqui, não tenho estudo, hoje o certo desenvolvimento me prejudica porque eu não tenho mais daqui a pouco como sobreviver aqui né. [...] Eu preservo aquele mato tá sempre preservado eu tivesse o direito de poder utilizar a minha terra pra mim sobreviver, eu não agredindo o meio ambiente né. Por exemplo, tirar uma lenha alguma árvore que ta caída ou duma árvore que não vá prejudicar uma água, não vai prejudicar nada [...]. Eu nasci e me criei aqui tudo que eu fiz tá empregado aqui né (E21).

Nesta descrição de um dos entrevistados se pode evidenciar a dificuldade em relação à utilização dos recursos naturais, em que a ação do Estado para a preservação do meio

ambiente, bem como as UCs acabam limitando as práticas nas propriedades com isso impossibilitando a permanência e a sobrevivência desses moradores em suas propriedades.

Por outro lado, o termo desenvolvimento, como nas citações abaixo, fazem referência à conservação dos recursos naturais como forma de desenvolvimento.

É saber usar os recursos naturais de forma sustentável porque não, não se pode privar o homem do uso da propriedade, da terra, mas também por outro lado o homem deve saber preservar e mais preservar utilizando de forma econômica e de forma sustentável, se não, não teria graça porque **o homem também é da natureza.** (E28, grifo nosso).

Tem que associar desenvolvimento a sustentabilidade porque se não, o desenvolvimento vai cobrar o seu preço (E29).

Na ideia “o homem também é da natureza” pode-se fazer uma aproximação com a visão “biocêntrica” referida na obra de Diegues (2001), “enxergando” o homem como ser integrante do ambiente natural.

Quantos às perspectivas futuras, a maioria falou em manter a propriedade, fazer algumas “arrumações”, fazer lavouras. Um dos entrevistados pensou em reflorestar, mas pondera, porque, em sua visão, nem a madeira está “vantajosa” economicamente. Outros se referindo às suas idades avançadas, projetam que vão deixar para os filhos a decisão. O estudo para os filhos e netos também foi exposto nessas perspectivas. O desenvolvimento do turismo na propriedade foi destacado por alguns dos moradores. Outros desejam manter o que possuem.

Ainda com relação às perspectivas futuras, alguns moradores falaram da dificuldade de se pensar no futuro na região, por diversos aspectos já descritos anteriormente que impossibilitam os planos e o desenvolvimento das propriedades.

Navarro (2001, p. 83-84) reflete sobre os períodos em que a noção de “desenvolvimento” mobilizou diferentes interesses, de grupos intelectuais, de programas governamentais entre outros, adentrado assim nas políticas e conseqüentemente nas disputas sociais. Após a Segunda Guerra, mais precisamente, a partir dos anos 50 até o final dos 70, período que se instaurava o crescimento econômico nos mais diferentes setores, este período também se estabelecia no meio rural, onde grandes parcelas da população estavam “conectadas” com as atividades agrícolas. “[...] Neste mesmo período, após lenta acumulação de inovações anteriores, constitui-se uma nova e acabada compreensão da agricultura que gradualmente se tornou hegemônica [...], não apenas no plano científico, mas nos diferentes sistemas agrícolas dos países que a elas aderiram”, a chamada “revolução verde”, que se estruturou através de um padrão tecnológico, que por sua vez, rompeu de forma abrupta o

passado. “O mundo rural moderno” passou a partir de então a estar subordinado ao consumo urbano, a expansão do capitalismo.

A partir das entrevistas busca-se também estabelecer um comparativo com a situação do meio rural no Brasil, enfatizada por diversos autores, das grandes extensões de lavouras, da mecanização e da quimificação, que levam o pequeno produtor para a margem dos processos produtivos:

Acabou a pecuária. É voltar como era antes, deixar o pequeno produzir, não tem mais produção, o pequeno deixou de existir (E4).

[...] Eu acho que significa pra nós do interior que ta faltando [...] que a gente tem aqui que a gente precisa né? Da ajuda de outros órgãos alguma coisa a gente não tem nada, então a gente precisava que algum nos desse uma mão pra gente continua né? Produzindo pra se não a gente vai prum ponto que não tem condições né? Muito custo, muito custo e muito pouca ajuda, a gente precisava desenvolver mais, mais falta condições financeiras, falta máquina, falta uma série de coisas [...]. O que, que precisava pru futuro... Segurança que não tem, precisava mudar um pouco a maneira da política [...] e nos ajuda no interior [...] a gente tê mais auxílio [...] pra desenvolver melhor (E6).

Outro morador se referiu à preservação como uma perspectiva para o futuro.

[...] A própria preservação ai que tão fazendo né? Porque pensa bem eu de repente não chego lá, mas os meus netos os bisnetos vão depender muito disso ai né. Que nem uma coisa que eu acho que já tem demais ai é esses plantio ai desses elliotti ai, acho que já tem demais isso ai prejudica um monte [...] nem imagina embaixo disso ai não vem nada fica só aquela grinfinha dele ali e mais nada [...] (E26).

A reflexão, a partir das respostas dos entrevistados aqui referidas, mostra um retrato que é uma consequência do processo da modernização, onde o pequeno não tem possibilidade de produzir, pois não tem como concorrer com as grandes produções, não dispendo de oferta mercantil, não recebendo auxílio dos órgãos competentes, ficando sem condições de se manter no campo, de buscar o desenvolvimento de suas propriedades.

## 5.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL QUANTO À PRESENÇA DO PE TAINHAS NA REGIÃO

A partir da contextualização construída na etapa anterior do trabalho através dos depoimentos, buscou-se compreender as impressões dos moradores do entorno representadas nos diferentes aspectos abordados. Optou-se nesta seção por dividir em sub-seções agrupando as percepções ambientais dos atores sociais em relação à presença da UC e suas influências sobre as práticas produtivas e de lazer.

De acordo com Siqueira (2008) na relação sociedade e problemas ambientais se instala uma temática bastante importante para compreender o interesse das populações na questão ambiental. Hagman e Andriasson ([s.d] *apud* Siqueira, 2008, p. 428)

[...] consideram que, na sociedade atual o foco da atenção mudou da produção e da distribuição da riqueza para a eliminação e a distribuição dos riscos, gerados como consequências indesejadas da produção de riquezas. Os riscos ambientais seriam os mais típicos riscos modernos.

A grande maioria dos moradores do entorno conhecem o PE Tainhas (55,17%), uma parte já ouviu falar (27,59%) e uma minoria desconhece (17,24%). Em relação à sua implantação para a grande maioria não trouxe mudanças nos seus modos de vida (75,86%), para alguns essas mudanças vieram de forma negativa e outros acreditam que houve e haverá mudanças e são consideradas positivas.

Foram diversas as percepções evidenciadas pelos moradores do entorno, porém a preservação da natureza se mostrou evidente em quase todos os discursos. A escolha desses três enfoques, preservação aliada à sustentabilidade, proprietários e meio ambiente e turismo e valorização do espaço, foram criados para permear aspectos defendidos pelos atores sociais.

### **5.1.1 A preservação aliada ao discurso da sustentabilidade**

Os atores sociais entrevistados consideram muito importante a preservação através do parque porque ajuda a cuidar dos animais e a não agredir o meio ambiente. O que é explícito em um dos depoimentos: “[...] É importante porque valoriza né, pára derrubada, pára a caçada, essas coisas [...]” (E14).

Alguns depoimentos consideram a implementação do parque como sendo positiva para melhorar a segurança na região. Acreditam que a região está muito perigosa pela ocorrência de assaltos: “[...] Acho que só vai trazer boas coisas, bom desenvolvimento” (E4).

Um dos entrevistados levantou um aspecto interessante, que no decorrer do trabalho é desconstruído por outros depoimentos. Considerando a implementação do parque importante por ter sido criada por pessoas que estão ou que estavam no poder e baseada em estudos que levantaram a importância do PE Tainhas na região. Ou seja, foi implementada a partir da análise de autoridades políticas e científicas, sendo, portanto, legítimo: “Eu acho que seja bom né? Se não fosse bom não vinha lá de cima essa, essa ideia né?” (E7).

Uma das bases do discurso da sustentabilidade, ou seja a sua definição como aquela que “responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991 *apud* LIMA, 2003, p. 103), pode ser identificado nas falas de alguns moradores:

[...] Isso aí é importante pra gurizada amanhã ou depois [...] (E15).

Qué dizer que pra mim acho que não tem lá grandes... Mas eu acho que é importante pra todos, tanto pra mim aqui quanto pra qualquer um né, porque... Eu já não tenho grandes futuro. Mas tem os meus filhos, tem os meus netos né, tem essa geração mais nova que precisa muito disso, conservação né da natureza (E3).

[...] Mas é importante que se tem um parque tem bastante bicho[...] até pra te levar as crianças[...] pra olhar[...]. Eu acho que melhorou assim né, [...] desde esses negócios de caçada e coisurada ai né, trancou um pouco [...] depois que saiu esse parque [...] (E17).

[...] Vai preservar a natureza né, vai outra coisa vai totalizar o pessoal pra manter a natureza, então isso aí é futuro pra gente! (E23).

Segundo Lima (2003), conquanto que a sustentabilidade compreenda o pensamento em torno de um “futuro viável” que permeie as relações da natureza e sociedade, esta reflexão ainda é pouco entendida, o que possibilita diferentes interpretações de como seria melhor e quais os caminhos para alcançar esse futuro. Ainda conforme Lima (2003), a medida em que a sociedade vai se apropriando do debate em torno da sustentabilidade, vários significados vão sendo impressos através de interesses e valores das diversas forças sociais.

A transcrição abaixo de uma das respostas dos moradores reflete a perspectiva do desenvolvimento sustentável, fazendo referência também ao saber tradicional e ao processo do meio rural em sua concepção:

[...] Preserva e pranta alguma coisa né pra se consumido porque hoje em dia, meu pai sempre dizia, ele era antigo, mas ele era um homem muito inteligente, ele sabia muita coisa que hoje em dia as faculdade não ensinam, mas ele sabia porque ele estudava muito, tinha muitos livros, [...] ele sempre dizia que chega um tempo que e a pessoa vai tê o saco cheio do dinheiro e não vai tê o que compra, não vai tê o que comê porque ninguém mais que fica nas coisa plantando né, quiere ir pra cidade, como hoje em dia a cidade tá cheia e o que é que tem pra comê? E vai chegar um dia diz ele olha [...] que eu acho que a sopa vai ser de pedra [risos] (E25).

### **5.1.2 O direito à salvaguarda de ambos: meio ambiente e proprietários**

Nesta abordagem dada a partir dos depoimentos dos moradores, percebe-se uma dualidade entre a utilização dos recursos de suas propriedades e a preservação do meio ambiente formulada pelo Estado. Ao mesmo tempo, uma cisão entre os moradores locais e os que formulam a legislação, que desconhecem a realidade local:

[...] Tinha que ser esse meio ambiente, [orgãos, leis, parte institucional] por exemplo, ser mais por região, cada região vocês vim aqui e vê a realidade da minha propriedade né vê a realidade da minha propriedade, como é que eu vivo como é que ta e ir na do vizinho pra ver se o vizinho faz igual a eu faço. [...] Eu sou de acordo da preservação do meio ambiente mas tudo dentro do seu direito né, então vamo dizê o meio ambiente tem que ter o direito dele e eu tenho que ter o direito meu! [...] (E21).

Este discurso se fez presente também por outro entrevistado relacionado à generalização da legislação ambiental, fazendo referência às queimadas em outras regiões do

Brasil em relação à “sapecada” dos campos na região de estudo. Trazendo um conhecimento tradicional, que se o campo não tiver nenhum tipo de manejo durante alguns anos pode sim ocorrer queimadas maiores (pelo tamanho da macega), falando também da impossibilidade de roçar devido à topografia do local. Esses relatos vão de encontro ao do E7 na seção anterior, que acredita ser benéfica a criação do parque, a parte institucional por que “vêm de cima”.

Muitos dos proprietários falaram em relação às propriedades que foram levantadas na pesquisa fundiária da região, mesmo não sendo eles atingidos diretamente pela implantação do Parque, relataram que este processo de venda é bastante doloroso para o proprietário. Outro morador colocou em questão a dimensão do parque: “Desde que ele fosse um pouco mais resumido né [...], ele muito extenso né, ele retira uma, uma margem grande [...] de campo do proprietário né” (E19).

Conforme West e Brechin (1991) *apud* Little (2002), os preservacionistas fazem referência aos moradores que residem dentro das áreas delimitadas como UCs, como “populações residentes”, por residirem dentro dessas novas áreas protegidas, nas quais o processo de implantação não se importava com eles, “[...] ignorando a existência prévia de regimes de propriedade comum, relações afetivas com o seu lugar e memórias coletivas sobre esses mesmos espaços” (CULTURAL SURVIVAL QUARTERLY, 1985 *apud* LITTLE, 2002, p. 16). Little (2002) traz exemplos de terras indígenas e UCs, que são focos de disputa como é o caso do Monte Pascoal (BA), Pico da Neblina (AM), entre outras, onde os órgãos ambientais estaduais proibiram as populações de realizar “[...] suas atividades habituais de uso do meio biofísico para sua subsistência” (p. 16-17).

O não usufruto das áreas através das práticas tradicionais, não ocorre na região da pesquisa conforme descrição de um dos entrevistados que possui área dentro do parque. O morador reflete que não deixou de fazer nada que fazia anteriormente, porém não fez mais nada de novo: “[...] A gente sabe que tem o parque a gente sabe que a gente tem que preserva mas não... Nada de tão assim de tão intenso em relação a processos de mudança ou coisa assim.” (E29). As principais proibições na área destinada ao parque são o plantio de organismos geneticamente modificados, silvicultura de Eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labil), gênero *Pinus* e lavouras de batata (*Solanum tuberosum* L.), este último pela utilização de agrotóxicos neste tipo de cultivo. Em suma as práticas tradicionais, como a da pecuária pode ser mantida.

Os moradores relataram ser bastante importante preservar os recursos naturais, o “que ainda existe”, e admitem não serem contra o serviço do pessoal que trabalha no parque. No entanto para eles as queimadas são consideradas muito importantes para a permanência no



campo em função da prática da pecuária. Nesta ótica muitos afirmam que a não queima de campo vai transformar a paisagem em *elliotti*, em virtude das relações econômicas na região.

Como afirma a autora:

[...] ainda que reconhecendo a importância do campo nativo na manutenção do equilíbrio ecológico em determinadas regiões do estado, é preciso admitir que a pressão econômica que se exerce em prol da eliminação/transformação deste bioma, só pode ser revertida se houver alternativas também econômicas que assegurem a permanência da atividade pecuária aí estabelecida (ANDREATTA, [s.d.], p. 9).

Os discursos dos moradores sobre preservação enfocam o pecuarista, que preserva o que é seu; já o madeireiro não tem essa visão de conservação dos banhados, da vegetação nativa. Este discurso foi muito enfatizado. Afirmam que a paisagem tradicional dos campos está perdendo lugar para a plantação do *Pinus*, e que este tipo de cultivo prejudica a natureza (vide figura 8). Um dos entrevistados acredita que os madeireiros talvez tenham que mudar sua rotina em relação ao parque, os pecuaristas não.

Há alguns moradores que são contra a implementação do Parque:

[...] Porque eu acho que o parque atrapalha muita coisa a gente não pode fazer mais nada. Eu, nós aqui não sei se a nossa área faz parte do parque? [...] O que a gente vê os outros parques ai, ó, o que eu conheço Cambará, os parques daqui é eu acho que tirou muita gente da propriedade [...] colocou muita gente na periferia né, e não se vê progresso (E6).

Outro depoimento que se mostrou contra a implementação do parque falou da dificuldade de venda de terras em função da localização geográfica, que anteriormente não encontravam esse tipo de dificuldade.

### 5.1.3 O acesso ao Parque: o turismo e o lazer

Alguns dos moradores consideram o PE Tainhas e seus atrativos turísticos muito bonitos para passear, pois muitas pessoas buscam esses lugares para descansar e travar conhecimento. Quando indagados sobre a importância do parque na região, os moradores falaram que há uma maior valorização da região, e que isso atrai o turismo, que vai haver mais trabalho, mais progresso, movimentação no local, por isso a sua importância.

Quando eles falam dos atrativos turísticos da região como o Passo da Ilha, o Passo do “S”, se estabelece uma noção de pertencimento ao local, por conhecerem, pela beleza cênica, por serem locais conhecidos por outros visitantes: “[...] é um lugar né, pra passar um fim de semana, uma coisa diferente né, a gente passa o ano todo assim em casa, a gente sempre ia naquele ali no Passo da Ilha [...]” (E16).

Um dos entrevistados colocou a questão de poder usufruir dos atrativos turísticos vinculados às práticas de lazer que ficam na região do Parque: “Dependendo de como se desenvolva esse projeto do parque, que não prive o homem de ter acesso ao parque, não vejo problema nenhum, acho que, acho que o parque, a criação do parque talvez seja uma das medidas pra preservar parte daquela região” (E28).

## 5.2 FORMAS DE INTERAÇÃO COM O PE TAINHAS

Nesta seção busca-se problematizar sobre a forma de interação entre o PE Tainhas e a comunidade. Neste sentido são evidenciados os gargalos da relação morador/parque, as impressões/questões envolvidas e as possibilidades de mudanças nestas relações. Questiona-se: o que os moradores querem? Que tipo de interação com o parque consideram importante e o que está faltando nesta relação entre conservação da natureza e manejo dos recursos naturais? Seguem os relatos:

[...] Mais diálogo, mais conversa, mais, pudesse entender o que a gente, que pode fazer, o que não pode fazer (E4).

[...] Eu acho que seja fundamental a gente se comunicar [...] pra ajudar que não é só eles que vão cuidar eu acho que nós temos que ajudar a cuidar se nós não ajuda a cuidar não adianta [...] (E7).

[...] De certo seria interessante [...] pelo menos trata, pra gente saber o que a gente pode pensar pra frente né (E12).

[...] Quanto mais contato melhor, [...] conversa [...] pra explicar alguma coisa que tá mal esclarecida ou que não sabe né (E14).

A visão dos moradores complementa o que foi evidenciado por Diegues (2001) em sua obra referida neste estudo, onde se mostra uma necessidade básica; o contato com as comunidades envolvidas nos processos de criação e funcionamento de UCs.

Um dos entrevistados relatou um limitante quanto à política que vem sendo executada pelos órgãos fiscalizadores, (a equipe do PE Tainhas também exerce função de fiscalizar a ZA) relatando a falta de interação:

Olha eu espero [...] que o pessoal do parque nos ajude não atrapalhe, nós aqui [...] tamo precisando das pessoas que ajudem né, facilitem o trabalho necessário né, agora não tenta proibir as pessoas de progredir de fazer das suas necessidades que as pessoas precisam ter, eu acho que poda as pessoas é uma coisa ruim. Poda as pessoas depois não, não tem outra saída [...] tem que ajudar [...] não só multa, como está sendo feito, essas multas, as multas terríveis [...] tem que primeiro orientar as pessoas né, chamar o pessoal [...] Quem é que cuida mais das suas coisas [...] é os proprietários né. Não é leis de fora que vem ai que vem complementar [...] Quanta coisa depois que surgiu essa lei que foi, desapareceu [...] (E6).

Através do depoimento percebe-se uma espécie de frustração com os órgãos ambientais, relacionadas a falta de informação e as medidas fiscalizatórias e punitivas, fazendo referência à proibição das queimadas<sup>6</sup>, um eixo de conflito para os pecuaristas da região.

Destacam os entrevistados a importância dessa relação de interação com o PE Tainhas, de estarem mais informados, de terem maior acesso ao conhecimento de participarem. Um dos entrevistados falou dos conflitos que podem existir, o que pode gerar posicionamentos contrários a instauração do Parque. Neste sentido, “estudos [...] mostram que, quanto maior o diálogo ente as partes envolvidas e a percepção de controle sobre o processo de decisão, maior o comprometimento, o envolvimento, o desempenho e a motivação pessoal.” (SPECTOR, 1986; HIMANEN; PERRELS; LE-GOSSELIN, 2006; PIMBERT; WAKE FORD, 2001 *apud* SIQUEIRA, 2008, p. 433).

Abaixo percebe-se de forma mais específica os processos de interação que os moradores julgam necessários entre eles e a UC:

Pois é eu acho que é o que tinha que haver né tinha que te mais interagir, interagir mais pra, pra chegar a um bom senso porque daqui um pouco só, só aquele negócio fica aquele clima assim de rivalidade, porque é um clima de rivalidade e isso é ruim né, não, não traz nada pra ninguém, nem prum lado nem pra outro eu acho que teriam que tentar se entender né! (E19).

[...] eu até espero porque eu acho que tinha ah, que tê, uma reunião até as próprias pessoas do parque que são responsáveis pelo parque tinham que sê tolerante dentro da medida daquela pessoa que tá preservando [...] (E21).

Eu espero que [...] uma coisa bem amigável [...] porque eu acho aí que deveria trabalhar junto [...] (E26).

É o que eu realmente quero da minha parte que haja esse entrosamento do pessoal do parque com os moradores, porque se não o parque vai ficar isolado talvez até abandonado, na medida em que há interação do pessoal do parque com os proprietários, os proprietários vão ajudar a cuidar do parque com toda a certeza, mas desde que eles tenham acesso e que possam utilizar essa área de forma sustentável (E28).

Eu acho que tem que fazer um processo tem que trocar experiência [...] não dá pra ser uma coisa assim um confronto, não dá pra uns olharem pros outros tanto moradores para os do parque como vice versa como sendo inimigos [...] Tem que haver uma um processo que envolva ambos os grupos como aliados. Em, em função de uma causa maior que será a essa questão da preservação [...] na verdade é um processo educativo e não um processo de punição [...] (E29).

Estes depoimentos só reforçam a ideia de Siqueira (2008, p. 432) enfatizada abaixo sobre as políticas do ambiente:

---

<sup>6</sup> Art. 27 do Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (BRASIL, 1965), e art. 28 da Lei nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992, que institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992).

Cabe salientar que, quando se trata de uma política ambiental, não se deve aplicar conceitos cartesianos e isolar o componente humano do meio ambiente por ele ocupado. A proteção da natureza envolve a proteção das pessoas, considerando as suas necessidades e os seus direitos, sem esquecer as suas obrigações.

Os trechos das entrevistas acima exprimem a realidade compreendida pelos moradores do entrono em relação à UC, o que eles consideram importante pra estabelecer a relação com o PE Tainhas e as formas de interação que julgam necessárias. A informação sobre a política ambiental propostas pela UC, é uma das formas de potencializar a interface sociedade e natureza, conforme as opiniões acima.

### 5.3 ZONA DE AMORTECIMENTO: CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO, IMPLEMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

A ZA prevista no Plano de Manejo do PE Tainhas tem como objetivo filtrar os impactos sobre a área de preservação, a fim de manter a conectividade com a UC. Porém os moradores que estão dentro dessa delimitação desconhecem que fazem parte dela, como também desconhecem suas normas de utilização dispostas no Plano de Manejo. A Figura 9 apresenta uma vista panorâmica de uma das propriedades da área do entorno do PE Tainhas, às margens do Rio do mesmo nome.



**Figura 9 – Vista panorâmica do Rio Tainhas e propriedade da área de entorno do PE Tainhas, Jaquirana, RS**

Fonte: Fotografado pela autora (maio 2011).

A falta de informação ganha bastante espaço na relação morador e PE Tainhas. A grande questão está na polarização entre utilização da área e a legislação ambiental, não se restringindo apenas a delimitação parque e ZA e sim, a todo o território. Na maioria das vezes quando indagados sobre o parque, os moradores ficavam confusos, quanto à localização, implantação e funcionamento. Porém esta situação não limitou o diálogo e a participação através das entrevistas no presente estudo. As respostas fazem referência a uma generalização da problemática ambiental na região, como é o caso da Lei da proibição das queimadas, comum a todas as áreas.

A complexidade da problemática que está intimamente envolvida nas práticas produtivas da pecuária extensiva relaciona-se a proibição das queimadas. Este aspecto levantado foi se configurando nos diferentes questionamentos realizados pelos moradores. Trata-se de uma prática tradicional realizada há muitos anos pelos proprietários, a qual não se limita apenas ao manejo na ZA, mas a todo o território, sendo o pilar de sustentação do conflito das relações entre moradores e os órgãos fiscalizadores. Este questionamento sempre se fazia presente apresentando-se de diversas formas. Neste sentido Schlick (2004, p. 13):

[...] mesmo com argumentação científica contrária ao uso do fogo, os Campos de Cima da Serra vêm sendo queimados indiscriminadamente. Os órgãos responsáveis pela fiscalização muitas vezes não tem a capacidade física de impedir esta prática

criminosa, e quando o fazem é de forma punitiva e não educativa. São aplicadas multas pesadas que muitas vezes ultrapassam o valor da própria terra. Por outro lado, o produtor na sua maioria trabalha desinformado e descapitalizado, não possui condições financeiras de mudar o seu sistema de produção que de certa maneira está atrelado ao uso do fogo.

Por outro lado, o plantio de espécies exóticas também referido nas normas da ZA, não se configurou como um problema ambiental dentro das práticas produtivas dos moradores que foram entrevistados. Entretanto, a maioria não se mostrou favorável, em especial ao cultivo do gênero *Pinus* na região, pelas implicações já citadas no decorrer do trabalho. Ressalta-se que as práticas produtivas das propriedades estão baseadas na agricultura, pecuária e na comercialização do queijo.

Em relação às práticas de lazer o que foi referido pelos moradores, é de ter acesso ao parque. Um dos moradores fez referência a não privar a população de ter acesso às belezas naturais que se encontram no parque.

Todos estes dados demonstram que a introdução do parque na região não teve a participação das comunidades envolvidas. O que se pode também perceber que, para a maioria dos moradores, a implantação do parque não trouxe mudanças nas suas práticas produtivas e de lazer. Isto pela falta de interação do Estado com a população local, e que, pode ter consequências futuramente, uma vez que o processo de implantação ainda vem se processando, processo esse lento e gradual, por todas as dificuldades financeiras e burocráticas do aparato estatal.

Outro fator evidenciado nas seções anteriores é a forma que os moradores percebem ser a forma ideal para estar interagindo com o PE Tainhas enquanto instituição e que poderá fazer toda a diferença na preservação ambiental. Neste caso percebe-se que há muita confusão entre os órgãos que trabalham na fiscalização ambiental e os agentes do parque. As ações dos órgãos fiscalizadores para com os moradores, pelo que foi evidenciado em algumas entrevistas, marcaram fortemente esses atores locais, as notícias de abordagens de vizinhos, multas, entre outras geraram desconfiança e, muitas vezes, revolta por parte desses moradores.

Em suma podemos perceber a falta de informação sobre a delimitação espacial e as implicações na efetiva implantação do PE Tainhas. Esse montante de impressões trazidas a partir deste estudo mostra os limitantes da atual compreensão do manejo e dos projetos envolvendo a ZA. Pode-se perceber que a presença do parque ainda não está sendo sentida pela população, a qual possui muitas dúvidas sobre as questões ambientais e desconhecem que suas propriedades são um escudo de proteção para o desenvolvimento do PE Tainhas.

Porém, o levantamento destas implicações através deste estudo da percepção ambiental possibilita também um conhecimento acerca dessas populações locais e suas práticas. Considerando que “[...] a percepção ambiental poder ser compreendida como o primeiro estágio para formação do conhecimento e da conscientização ambiental” (MIRANDA, 2007 p. 160).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou através do aporte teórico, juntamente com a coleta de dados, estabelecer subsídios para atingir o que se tinha proposto. O referencial teórico possibilitou o entendimento sobre a percepção ambiental, enfatizando aspectos importantes acerca da relação moradores e UC. A partir do instrumento de análise da percepção ambiental com alguns consensos e divergências se tornou possível apanhar informações sobre as comunidades do entorno do PE Tainhas, como o ambiente se configura para esses moradores e como eles enxergam o parque e as questões ambientais de uma forma geral.

As percepções sobre o ambiente coletadas nas entrevistas aos moradores do entorno, ZA do PE Tainhas, fornecem subsídios para a compreensão do contexto em que estão inseridos, bem como para desvelar aspectos que foram muito além das entrevistas aplicadas, conectados aos sentimentos, às possibilidades e às incertezas que cercam o meio rural desses atores. O trabalho buscou, no espaço da locução dos atores, visualizar em suas opiniões, se o parque influenciava em suas práticas produtivas e de lazer.

Os estudos sociais sobre a relação homem-ambiente se tornam cada vez mais imprescindíveis e perceptíveis na discussão das problemáticas ambientais, que, analisadas em seu contexto histórico, não priorizavam essa concepção. Nesta pesquisa não foi diferente. Pode-se perceber que muitos aspectos ainda devem ser considerados pela UC a fim de formatar seu projeto de preservação a partir da participação das comunidades de entorno, que ainda, pelo que foi referido, se mostram confusas quanto a real localização do PE Tainhas e se suas propriedades fazem parte ou não da ZA.

A informação ainda é o grande gargalo dessa relação. Também se constata que a UC não está completamente estruturada, pela questão fundiária, de pessoal, entre outros.

De maneira geral, pela fala dos entrevistados, a presença da unidade não interfere nas práticas das comunidades, porém, através do estudo se pode perceber alguns limitantes e potencialidades que são enfatizados pelos atores, quando se trata de preservação do meio ambiente e unidades de proteção. Transparece a complexidade da questão ambiental na ótica dos moradores e as diferentes abordagens e compreensões de mundo que eles trazem consigo.

Em suma, mesmo que a ZA ainda não esteja configurada no entendimento dos moradores, não foi um limitante para a abordagem deste estudo, pois a questão ambiental se fez presente nas locuções desses moradores, colaborando assim para uma reflexão sobre o melhor caminho a se trilhar, dentre os tantos entendimentos presentes neste trabalho.



Considera-se que este estudo de cunho social se utilizou do instrumento da percepção dos atores quanto ao seu ambiente, buscado um princípio de entendimento na relação das comunidades envolvidas e o PE Tainhas, necessário para a manutenção da biodiversidade local e da conservação tão enfocada nesta pesquisa.

É imprescindível o respaldo do poder público, através de políticas que levem em conta também a preservação das comunidades no local onde vivem, para que as mesmas tenham acesso e queiram acessar as informações necessárias na atual conjuntura.

A complexidade das questões ambientais leva a reflexões sobre o desenvolvimento dessa região e de como configurar um espaço onde a relação do homem com o seu ambiente possa ser valorizada através de suas práticas sociais. Onde a assistência dos órgãos competentes possa vir a ser um pilar que auxilie na manutenção dos modos de vida daquelas pessoas dinamizando-se através das suas necessidades, como também os órgãos de proteção ambiental possam estar inseridos numa perspectiva, numa visão não só instituída na conservação dos recursos naturais, mas também das populações que se encontram na região dos Campos de Cima da Serra.

Através da educação ambiental, da informação dada a partir da mesma, do diálogo, do processo de troca tão enfatizado no decorrer das entrevistas, partindo do pressuposto da percepção, de como os atores sociais compreendem seu ambiente faz-se necessária a união de forças para uma política ambiental participativa com direitos e deveres de ambas as partes, do comprometimento com o desenvolvimento e a sustentabilidade nos seus diferentes aspectos e na busca pela valorização do conjunto de vidas que ali habitam e se inter-relacionam.

O aprendizado foi imenso, a partir da sistematização das entrevistas realizadas. A cada necessidade exposta, a ligação de afeto contornava as palavras quando os entrevistados falavam de suas propriedades. Estes aspectos por si refletem a necessidade do processo de troca de informação e de trabalho junto a esses moradores, o que poderá vir a propulsionar o desenvolvimento da região, elencado numa proposta voltada às práticas já estabelecidas pelos moradores como também ao turismo e que estes se façam em conjunto com a população local que através de suas “terras” busca seu sustento e sua identidade, estabelecendo assim suas relações com o ambiente.

Conclui-se que este estudo foi de caráter exploratório, pois muitos questionamentos surgiram a partir dele e se fazem necessários problematizar para buscar a implantação de uma política ambiental diferenciada que priorize a relação parque e moradores locais. Portanto para que o PE Tainhas tenha a real funcionalidade e para que as comunidades do entorno possam se manter nas propriedades, através das suas práticas produtivas e de lazer, que estão

inteiramente vinculadas à sua cultura, torna-se fundamental buscar uma construção conjunta que vise à preservação dos recursos naturais e socioculturais, aspecto intimamente relacionado com o desenvolvimento rural da região, podendo este já ser elencado numa proposta que priorize a relação homem e ambiente.

## REFERÊNCIAS

- ANDREATTA, Tanice. **Transformações socioeconômicas e ambientais na região dos Campos de Cima da Serra (RS):** o manejo adequado do campo nativo com alternativa de sustentabilidade econômica e ambiental. [s.d.]. Disponível em: <[www.sober.org.br/palestra/5/581.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/5/581.pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2011.
- ARAUJO, Marcos Antonio Reis. **Unidade de conservação no Brasil:** da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte, MG: SEGRAC, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2002.
- BRANCO, Samuel Murgel. Conflitos conceituais nos estudos sobre meio ambiente. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 217-233, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a14.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- BRASIL. **Lei nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo código florestal. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14771.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2010.
- BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta art. 225 § 1º, incisos I,II,III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O que é módulo rural?**. 2008. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=63:o-que-e-modulo-rural&catid=52:faqincra&Itemid=83](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=63:o-que-e-modulo-rural&catid=52:faqincra&Itemid=83)>. Acesso em: 21 jul. 2011.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Planos de manejo.** Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo>>. Acesso em: 03 jul. 2011.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** 3. ed. 2001. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7347009/Diegues-Mito-Moderno-Da-Natureza-Intocada>>. Acesso em: 24 mar. 2011.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 9.519**, de 21 de janeiro de 1992. Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Porto Alegre, RS, 1992. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/cepef/artigos/cod%20flor%20est%20rs.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2011.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 42.010**, de 12 de dezembro de 2002. Aprova o Regulamento dos Parques do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Porto Alegre, RS, 2002. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/legislacao/id537.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Departamento de Florestas e Áreas Protegidas. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Projeto Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande Do Sul. **Plano de manejo do Parque Estadual do Tainhas**. Porto Alegre: SEMA/RS, set. 2008. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/upload/Plano\\_manejo\\_PETainhas.pdf](http://www.sema.rs.gov.br/upload/Plano_manejo_PETainhas.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2011.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Nota de esclarecimento sobre o entorno (raio de 10Km) das unidades de conservação no Rio Grande do Sul**. 2011. Disponível em: [http://www.sema.rs.gov.br/upload/Esclarecimento%20RAIO%2010KM\(1\).pdf](http://www.sema.rs.gov.br/upload/Esclarecimento%20RAIO%2010KM(1).pdf) .Acesso em: 20 jun. 2011.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Dados gerais - Jaquirana/RS**. Disponível em: <[http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/famurs/dado\\_geral/mumain.asp?iIdEnt=5523&iIdMun=100143209](http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/famurs/dado_geral/mumain.asp?iIdEnt=5523&iIdMun=100143209)>. Acesso em: 26 mai. 2011

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Coordenação de Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1993.

FRASSON, Antônio Carlos; GOMES, Silvestre Alves. **Troperismo**: processo civilizatório da região sul do Brasil. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos\\_teses/2010/Historia/artigos/frasson\\_artigo.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/2010/Historia/artigos/frasson_artigo.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Mapa divisão geopolítica do Rio Grande do Sul**. Mapa Estado: malha municipal. 2008. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/images/mapa\\_estado\\_malha\\_municipal.gif](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/images/mapa_estado_malha_municipal.gif)>. Acesso em: 26 mai. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em: 11 mai. 2011.

KRONE, Evander Eloi. **Identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra (RS)**: prática, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores de queijo serrano. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/22659> >. Acesso em: 26 mai. 2011.

LIMA , Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente&Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a07v06n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a07v06n2.pdf) >. Acesso em: 10 jun. 2011.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. 2002. (Série Antropologia, 322). Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2011.

LOZANO, Jorge Eduardo. A prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Porto Alegre, RS: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 15-25.

MARCZWSKI, Maurício. **Avaliação da percepção ambiental em uma população de estudantes do ensino fundamental de uma escola municipal rural. Um estudo de caso**. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/8617>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Maria; GARAY, Irene. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 6, n. 9, jan. 2004.

MIRANDA, Daniela Janaína Pereira. Educação e Percepção ambiental: o despertar consciente do saber ambiental para a ação do homem na natureza. **Rev. Eletrônica Mestr. Educação Ambiental**, v. 19, p. 157-164, 2007. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol19/art01v19a12.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

MUNICÍPIO DE JAQUIRANA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.jaquirana.rs.gov.br/portall/municipio/historia.asp?iIdMun=100143209>>. Acesso em: 02 mai. 2011.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

NUNES, Vanete Ester Pereira. Emancipação de Jaquirana. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí**. Porto Alegre, RS: EST, 1992. p.157-159.

ORCI, Nara Beatriz Pereira. **Turismo Rural como alternativa de sustentabilidade ambiental e econômica da Região dos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2009. Disponível em: <[http://tede.uces.br/tde\\_arquivos/2/TDE-2009-05-20T121955Z-271/Publico/Dissertacao%20Nara%20Beatriz%20Pereira%20Orci.pdf](http://tede.uces.br/tde_arquivos/2/TDE-2009-05-20T121955Z-271/Publico/Dissertacao%20Nara%20Beatriz%20Pereira%20Orci.pdf)>. Acesso em: 26 mai. 2011.

PACHECO, Éser Técio. **Percepção ambiental como desvelamento do ethos embrionário**. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <[http://www.psicologia.ufrj.br/pos\\_eicos/pos\\_eicos/arqanexos/arqteses/eserpacheco.pdf](http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/eserpacheco.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2011

PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS. **Material informativo 2008/2009**. São Francisco de Paula, RS: Parque Estadual do Tainha, 2008.

PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS. **Material informativo 2010**. São Francisco de Paula, RS: Parque Estadual do Tainha, 2010.

PENNA, Antonio Gomes. **Percepção e realidade**: introdução ao estudo da atividade perceptiva. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1993.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001. (Questões da Nossa Época, 41).

SAMMARCO, Yanina Micaela. **Percepções sócio-ambientais em unidades de conservação**: o Jardim de Lillith? Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005. Disponível em: <[http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user\\_142/FICH\\_PT\\_50.pdf](http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_142/FICH_PT_50.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2011.

SCHLICK, Fabio Eduardo. **Alternativas de manejo para os Campos de Cima da Serra**. 127 f. Tese (Doutorado em Zootecnia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/6285>>. Acesso em: 26 mai. 2011

SILVA, Thaise Sousa da. **Uso e percepções de comunidade do entorno de uma unidade de conservação do semiárido nordestino**: Instrumentos para gestão? Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2009. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/ThaiseSS.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009. (Série Educação à Distância UAB/UFRGS).

SIQUEIRA, Leandro de Castro. Política Ambiental para quem? **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 425-437, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a14.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2011.

SOUZA, Juliane Marques de. **Percepção ambiental dos citricultores ecológicos da cooperativa ecocitrus-Vale do Caí/RS**. 135 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/18322>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo, SP: Difel, 1980.

WAGNER, Ana Paula Luz; DUCATI, Jorge Ricardo. Estudo de florestas de pinus no nordeste do estado do rio grande do sul com imagens do sensor ASTER. Simpósio Brasileiro

de Sensoriamento Remoto, 12., 16-21 abr. 2005, Goiânia, MT. **Anais...** Goiânia, GO: INPE, 2005. p. 4361-4368. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/srm/novo/publicacoes/Artigo%202005%20XIISBSR%20-%20Ducati,%20Wasgner.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2011.

VARGAS, Glória Maria. Natureza e Ciências Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília v. 18, n. ½, p. 137-154, jan./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a07.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2011

## APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da PESQUISA: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS/RS: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PRODUTIVAS E DE LAZER, com a pesquisadora Caroline Silva Neves dos Santos, aluna do Curso de Graduação Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O objetivo da pesquisa é identificar a percepção ambiental das comunidades do entorno em relação à existência do Parque Estadual do Tainhas e de que forma este exerce influência em suas práticas produtivas e de lazer. A partir de seu consentimento, sua participação será com entrevista e algumas perguntas com depoimento oral, gravado digitalmente e depois transcrito da mesma maneira, como também as respostas escritas no roteiro.

Não há quaisquer riscos, sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, você poderá desistir, sem nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição, solicitando que o relato até então coletado seja descartado. Caso queira, será garantido sigilo dos nomes. Você receberá uma cópia deste termo, com o contato do pesquisador, para esclarecimento de quaisquer dúvidas.

---

Local	Data
-------	------

---

Assinatura

Telefone: (54) xxxxxxxx

Endereço: Rua xxxxx, 325 Centro, São Francisco de Paula

Instituição: UFRGS



## APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nº \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

### *Identificação*

1.Nome: \_\_\_\_\_ Apellido: \_\_\_\_\_

2.Endereço (Rua/ localidade): \_\_\_\_\_

3.Nome da propriedade: \_\_\_\_\_

4.Telefone: \_\_\_\_\_

5.Há quanto tempo reside no local? \_\_\_\_\_

6.Como adquiriu a casa?(  compra (  construção (  outros: \_\_\_\_\_

7.Quantas pessoas residem na casa:

Nome:	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação

8.Possui energia elétrica: (  ) Sim (  ) Não

9.Quantos hectares possui a propriedade aproximadamente? \_\_\_\_\_

10.É associado em alguma entidade/associação? (  )Sim (  )Não Qual (is)? \_\_\_\_\_

### *Práticas Produtivas*

11.Quais os principais cultivos existentes na sua propriedade em hectares (aproximadamente)?

12.Quais as principais criações existentes na sua propriedade? Quais as quantidades (aproximadamente)?

13.Quais práticas produtivas além dos cultivos e criações são geridas na sua propriedade?

14.O que você comercializa na sua propriedade? O que é para subsistência/consumo da família?

### *Práticas de lazer*

15.O que você costuma fazer nos seus momentos de lazer?

16.O que você gosta de mostrar na sua propriedade para as pessoas que lhe visitam? Se fosse implantado um circuito turístico na região o que você teria a oferecer?

***Percepções...***

17. Como e para que você utiliza o recurso água na sua propriedade?
18. Que tipo de atividade você considera mais agressiva ao meio ambiente?
19. Que espécie de animal nativo é visualizado com maior frequência na sua propriedade? E qual você não visualiza mais?
20. Como você descreveria a paisagem à sua volta?
21. Você encontra dificuldades na vida no campo? Quais?
22. Para você o que significa “conservar a natureza”?
23. Para você o que significa a palavra “desenvolvimento”?
24. Quais são suas perspectivas futuras?

***Unidade de Conservação***

25. Você conhece o Parque Estadual do Tainhas? ( ) Sim ( ) Não
26. O PE Tainhas exerce influência no seu trabalho e lazer?
27. Você acredita que é importante a presença do parque naquele local? Por quê?
28. A implantação do PE Tainhas trouxe mudanças na sua vida? Quais?
29. Qual a forma de interação que você espera do PE Tainhas com a comunidade?

**ANEXO A: FOTO DO MAPA UTILIZADO PARA A CONTAGEM DOS PROPRIETÁRIOS DA ZA DO PE TAINHAS**



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (2011)